

Proposta da Administração
Assembleia Geral Extraordinária
29 de dezembro de 2025 às 10:00 horas
Sede da Companhia





Prezados Acionistas,

Conforme consignado em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, a Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) adiou a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras”), por não terem sido concluídos os trabalhos de auditoria naquele momento. Por conseguinte, foi postergada a apreciação, por parte dos Acionistas, **(i)** das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, **(ii)** das contas dos administradores e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e **(iii)** da proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Desde então, a Companhia envidou seus máximos esforços para que fosse emitido pelo auditor independente, com a máxima brevidade, seu parecer final sobre as Demonstrações Financeiras. Assim, em 26 de novembro de 2025, a Companhia publicou, após apreciação do Conselho Fiscal e autorização de seu Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras.

Com isso, a administração da Companhia convida a todos para participar da Assembleia Geral da Companhia (“Assembleia Geral”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de dezembro de 2025, às 10:00 horas, de forma parcialmente digital, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696- 000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal do Grande ABC.

Solicitamos aos acionistas que examinem cuidadosamente a presente Proposta da Administração e os documentos relativos à AGE que estão à disposição no site de Relações com Investidores (ri.bombril.com.br), bem como na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).



Apresentamos a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da AGE, conforme descrita no Edital de Convocação.

Ficamos à disposição, através da equipe de Relações com Investidores, para prestar os esclarecimentos que se façam necessários.

Ronaldo Sampaio Ferreira

Presidente do Conselho de Administração



SUMÁRIO

ORIENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS	5
A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL	6
B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À ASSEMBLEIA GERAL	9
C. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL	12
D. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	16
E. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
F. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP	22
G. ANEXOS	69
Anexo I. Comentário dos Administrados sobre a Situação Financeira da Companhia, itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência	70
Anexo II. Edital de Convocação	95
Anexo III. Proposta de Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	99
Anexo IV. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Anexo V. Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores	107



ORIENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

ASSEMBLEIA GERAL

Objeto

Ficam os acionistas da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial, companhia aberta inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0009971-1 e no CNPJ sob o nº 50.564.053/0001-03 (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM nº 81, de 23 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”), convocados para se reunirem em assembleia geral (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de dezembro de 2025, às 10:00 horas, de forma parcialmente digital, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (i) as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e
- (iii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.



A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do art. 24, § 3º, do Estatuto Social da Companhia e do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

(a.1) quando pessoa natural, cópias autenticadas do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (a.2) quando pessoa jurídica, cópias autenticadas do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem a pessoa jurídica Assembleia; e (a.3) quando fundo de investimento, cópias autenticadas do regulamento do fundo e do estatuto social ou do contrato social do administrador ou do gestor do fundo, conforme estabeleça o correspondente regulamento, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem o fundo de investimentos na Assembleia; (b) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia ou pelo depositário central, conforme o caso, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia; e (c) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data da Assembleia, além de indicar o lugar onde foi celebrada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo que a assinatura do outorgante ou de seu(s) representante(s) legal(is) deverá ser autenticada.

Aos acionistas que tiverem a intenção de se fazer representar na Assembleia por meio de procuradores, solicita-se o envio dos documentos que comprovem a qualidade de acionista da Companhia e os poderes de representação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da



Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, sob protocolo.

Os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentar tais documentos na abertura da Assembleia, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução CVM nº 81.

Os acionistas poderão participar e votar na Assembleia:

- (i) presencialmente, por si ou por meio de procuradores devidamente constituídos;
- (ii) por meio de sistema eletrônico de participação remota, nos termos do artigo 28, inciso II, da Resolução CVM nº 81, através da plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia. Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação remota devem enviar solicitação à Companhia para o e-mail acionista@bombril.com.br com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da Assembleia, a qual deverá ser acompanhada de toda a documentação necessária para participação na Assembleia, conforme detalhada na Proposta da Administração. Uma vez recebida a solicitação na forma e prazo indicados, e verificada a completude da documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista que tiver validamente se habilitado para participação da Assembleia de maneira remota (ou a seus representantes ou procuradores devidamente indicados e constituídos), via e-mail, os dados e instruções de acesso à plataforma digital para participação na Assembleia. O acionista que não enviar a solicitação de cadastramento na forma e/ou no prazo acima referido não poderá participar remotamente da Assembleia por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia, restando-lhe a participação presencial. O acionista devidamente cadastrado que participar da Assembleia por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata da Assembleia, na forma do art. 76 da Resolução CVM nº 81. O acionista que tenha solicitado devidamente a sua participação na Assembleia por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o e-mail com as instruções para acesso até as 23:59h do dia 26 de dezembro de



2025 deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone + 55 (11) 4366-1041 para suporte. A Companhia esclarece que não será permitido o acesso à Assembleia por meio da plataforma digital após o horário previsto para o seu início. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital.

Em atenção ao art. 30-A da Resolução CVM nº 81, a Companhia dispensará a disponibilização de boletim de voto a distância.

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (ri.bombril.com.br), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/), conforme art. 124 da Lei das S.A. e do art. 7º da Resolução CVM nº 81, os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia.



B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À ASSEMBLEIA GERAL

Item (i) as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e

Item (ii) as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia, preparados pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de novembro de 2025, acompanhados do parecer dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, encontram-se disponibilizados desde 26 de novembro de 2025, na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (ri.bombril.com.br), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

As Demonstrações Financeiras são elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As Demonstrações Financeiras compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por Notas Explicativas que tem por fim auxílio, análise e entendimento dessas Demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também as informações de caráter não



financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais.

Relatório dos Auditores Independentes

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas e auditadas pelos auditores independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os quais emitiram parecer com abstenção de opinião, devidamente abordada na Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores.

Documentos Apresentados

Encontram-se disponibilizados desde 26 de novembro de 2025, na sede da Companhia, em sua página de Relações com Investidores (ri.bombril.com.br), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia.

- a) Relatório da Administração (Press Release);
- b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
- c) Relatório dos Auditores Independentes;
- d) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e
- e) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, requeridos pelo item 2 do Formulário de Referência, conforme Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 80/22”), que se encontra anexo ao documento.

Manifestação do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal

Em reunião realizada em 26 de novembro de 2025, o Conselho Fiscal da Companhia emitiu parecer favorável à aprovação das referidas contas e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.



Em reunião realizada em 26 de novembro de 2025, na forma da Lei das S.A., art. 142, inciso V, o Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade, manifestou-se favoravelmente, em relação às contas dos administradores e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A ata da reunião do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal encontram-se anexos a este documento e foram disponibilizadas pela Companhia no site de Relações com Investidores (ri.bombril.com.br), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Item (iii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou prejuízo no exercício no montante de R\$ 1.552,2 milhões.

Tendo em vista o prejuízo do exercício, não serão distribuídos dividendos aos acionistas nem haverá destinação diversa.



C. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

BOMBRIL S/A-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ n.º 50.564.053/0001-03 NIRE 35.300.099.711

Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: 26 de novembro de 2025, às 14:00 horas, na sede social da BOMBRIL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia"), localizada no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000 e por meio de conferência virtual realizada pelo aplicativo *Google Meet*.

2. PRESENÇAS: Presentes os Srs. Conselheiros Erica Rodrigues Prado, Marcelo Adilson Tavarone Torresi e Thiago Gatti Barbosa. Presentes, também, os membros da Diretoria da Companhia, Sr. Marcus Fraga Rodrigues, Diretor Presidente, Sra. Kelly Cristiane M. Terra Ribeiro, Diretora Financeira - CFO e Diretora de Relação com Investidores - RI e Sra. Renata Baraldi Margutti, Diretora de Tesouraria. A reunião foi realizada conjuntamente com os membros do Conselho de Administração da companhia.

3. MESA DIRIGENTE: Marcelo Adilson Tavarone Torresi – Presidente. Rogerio Isidro da Silva – Secretário.

4. CONVOCAÇÃO: Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Fiscal, em conformidade ao Regimento Interno.

5. ORDEM DO DIA: (i) examinar as demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como a versão final do parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e sobre eles opinar; e (ii) deliberar quanto a emissão de parecer do Conselho Fiscal para



submissão à apreciação da Assembleia Geral, acerca das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

6. DELIBERAÇÕES

6.1. Iniciados os trabalhos, os Srs. membros do Conselho consignaram que receberam da administração da Companhia todo o material solicitado para realizar o exame exauriente das matérias referidas na ordem do dia.

6.2. Após exame do material, por unanimidade, se manifestaram favoravelmente às demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como a versão final do parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

6.3. Com relação ao item de Provisão de Fretes, objeto de abstenção no parecer da auditoria da PWC, os membros do Conselho Fiscal, em conjunto com a deliberação dos membros do Conselho de Administração, deliberaram que a diretoria tome todas as providências cabíveis para aprimoramento dos controles e registros contábeis. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal, solicitaram a inclusão de todos os itens que foram objetos de observação e pontos de controle apontados pela PWC em pauta permanente nas reuniões do Conselho Fiscal. Por fim, ficou estabelecido o encaminhamento de cronograma com ações para resoluções de situações apontadas em auditoria. Por derradeiro, ficou estabelecido que serão encaminhados os pontos de controles internos apontados pela auditoria nos anos de 2022 e 2023 aos membros do Conselho Fiscal. Com relação ao exercício de 2024, o respectivo relatório será encaminhado aos membros do Conselho Fiscal quando a entidade receber a versão final.

6.4. Após exame do material, por unanimidade, se manifestaram favoravelmente às demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como à versão final do parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

6.5. Em razão da manifestação favorável informada no item anterior, os Srs. Conselheiros decidiram, *por unanimidade*, emitir o parecer constante do Anexo I à presente ata, opinando favoravelmente sobre a submissão dos documentos referidos na ordem do dia



à deliberação pelos acionistas da Companhia na assembleia geral a ser realizada dentro do prazo legal.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 26 de novembro de 2025.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi
Presidente

Rogério Isidro da Silva
Secretário

Conselheiros Fiscais presentes:

Erica Rodrigues Prado

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Thiago Gatti Barbosa



Anexo I

**ANEXO I À ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA BOMBRIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Bombril S.A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/1976, examinou as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo as notas explicativas, o relatório da administração e o parecer emitido pelos auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. (“PWC”).

Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela auditoria independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina que o relatório da administração e as demonstrações financeiras estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas da Companhia na assembleia geral.

São Bernardo do Campo, 26 de novembro de 2025.

Erica Rodrigues Prado

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Thiago Gatti Barbosa



D. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOMBRIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 50.564.053/0001-03

NIRE 35.300.099.711

Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 26 de novembro de 2025, às 9:00 horas, na sede social da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000.

2. PRESENCAS: Presentes os Srs. Conselheiros Ronaldo Sampaio Ferreira, Jonatas Giovinazzo Garcia, Hagen Wolf de Albuquerque Schoof e Célio de Melo Almada Neto. Presentes também os membros da Diretoria da Companhia, Sr. Marcus Fraga Rodrigues, Diretor Presidente, Sra. Kelly Cristiane M. Terra Ribeiro, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, e Sra. Renata Baraldi Margutti, Diretora de Tesouraria. A reunião foi realizada conjuntamente com os membros do Conselho Fiscal da companhia.

3. MESA: Presidente: Ronaldo Sampaio Ferreira, nos termos do artigo 14, item "b", do Estatuto Social. **Secretário:** Rogério Isidro da Silva, indicado pelo Sr. Presidente para secretariar a reunião.

4. CONVOCAÇÃO: Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 15, § 4º, do Estatuto Social da Companhia.

5. ORDEM DO DIA: (i) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da administração, bem como a versão final do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) manifestar-se sobre as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) aprovar a submissão à



Assembleia Geral da proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(iv)** autorizar a convocação da Assembleia Geral da Companhia, com consequente autorização para a Diretoria fazer as divulgações conforme regulamentação aplicável.

6. DELIBERAÇÕES:

6.1. Passando ao primeiro item da ordem do dia, na forma do art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A") e do art. 16, alínea "g", do Estatuto Social, os Conselheiros analisaram e, por unanimidade, manifestaram-se favoravelmente às demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da administração, bem como o parecer em versão final dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim como a submissão desses documentos para aprovação pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral.

6.2. Com relação ao item de Provisão de Fretes, objeto de abstenção no parecer da auditoria PWC, os membros do Conselho de Administração, autorizaram a diretoria a tomar todas as providências cabíveis para aprimorar os controles e registros contábeis. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração, solicitaram a inclusão de todos os itens que foram objeto de observação e pontos de controle apontados pela PWC, em pauta permanente nas reuniões do Conselho de Administração. Por fim, ficou estabelecido o encaminhamento de cronograma com ações para resoluções de pontos de controles internos apontados pela auditoria.

6.3. Em atenção ao segundo item da ordem do dia, os Conselheiros também analisaram as contas da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, por unanimidade, manifestaram-se favoravelmente a elas.

6.4. Em atenção ao terceiro item da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade, aprovaram a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

6.5. Em atenção ao quarto item da ordem do dia, os Conselheiros determinaram, por unanimidade, que a Diretoria tome as providências relativas à convocação da Assembleia



Geral, para a deliberação das matérias relativas aos itens (i) a (iii) acima, e proceda com a divulgação dos documentos relativos aos itens anteriores, conforme a regulamentação aplicável.

6.6. Os documentos analisados relativos aos itens da ordem do dia estão arquivados na sede da Companhia.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que foi lida aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 26 de novembro de 2025.

Ronaldo Sampaio Ferreira

Presidente

Rogério Isidro da Silva

Secretário

(folha de assinaturas da Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2025, encontra-se na página 02).

(folha de assinaturas da Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2025).

Conselheiros de Administração presentes:

Ronaldo Sampaio Ferreira

Presidente

Jonatas Giovino Garcia

Célio de Melo Almada Neto

Hagen Wolf de Albuquerque Schoof



E. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Bombril S.A - em Recuperação Judicial

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da Bombril S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião - Múltiplas incertezas

- **Recuperação Judicial**

A Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos de R\$ 1.552.216 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, nessa data apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 58.903 mil na controladora e R\$ 49.426 mil no consolidado, e passivo a descoberto no valor de R\$ 1.607.721 mil. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 12 de fevereiro de 2025. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia e suas controladas apresentaram o plano de recuperação judicial em 22 de abril de 2025, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem aplicados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas, para obter os recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados, para os próximos exercícios, o que inclui as incertezas relacionadas com a geração futura de caixa pela Companhia, em montantes suficientes para pagamentos de suas obrigações, que depende do sucesso no crescimento operacional previsto nos orçamentos para futura geração de caixa da Companhia.



O referido plano de recuperação foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 7 de agosto de 2025, entretanto, até a presente data ainda não foi homologado. Nesse sentido, a Companhia ainda depende dessa etapa de homologação para as definições com relação a renegociação de seus passivos, bem como das alternativas para captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa para os próximos exercícios.

- **Negociação dos pagamentos de autos de infração com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN")**

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 26 de maio de 2025, a Companhia apresentou uma Proposta de Transação Individual junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") sobre a negociação dos pagamentos dos autos de infração que geraram débitos inscritos em dívida ativa da União no valor de R\$ 2.288.237 mil. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma obrigação a pagar no passivo não circulante, no valor de R\$ 1.669.077 mil, referente à negociação em curso com a PGFN. A Companhia ainda aguarda posicionamento da PGFN para discussão das condições relacionadas ao referido passivo para concluir tanto sobre os montantes a serem pagos, quanto sobre os prazos e condições de pagamento. Consequentemente, uma vez que os referidos elementos ainda devem ser definidos nas negociações com a PGFN, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em relação ao valor do passivo reconhecido e sua classificação no passivo não circulante.

- **Provisão de fretes**

Conforme descrito na nota explicativa 20 - "Outros passivos" às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, saldos de fretes nos montantes de R\$ 17.465 mil e R\$ 5.477 mil, na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas informações, detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Considerando os aspectos acima descritos, esse conjunto de elementos e a sua pervasividade no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, não nos permitem neste momento reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre a adequação das referidas demonstrações financeiras, inclusive quanto ao pressuposto de continuidade e sua correspondente base para a elaboração em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS. Todavia, em decorrência da relevância do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 26 de novembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0



F. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS - DFP

Foram disponibilizados, nas categorias “Dados Econômico-Financeiros” e “DFP” do Setor de Informações Periódicas Eventuais – IPE, no *website* da CVM, no dia 26 de novembro de 2025, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da Administração (Press Release);
- (ii) Demonstrações Financeiras;
- (iii) Relatório dos auditores independentes (*item E acima*);
- (iv) Formulário de Demonstrações Financeiras (DF);
- (v) Parecer do Conselho Fiscal (*item C acima*);
- (vi) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras (*Anexo IV abaixo*); e
- (vii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes, informando as razões, em caso de discordância (*Anexo V abaixo*).



RELATÓRIO ANUAL
DA ADMINISTRAÇÃO

24



24

BOMBRIL
RELATÓRIO ANUAL DA
ADMINISTRAÇÃO 2024



Nosso brilho está na capacidade de alcançar 1001 resultados.

A Bombril completou 77 anos de trajetória sendo um nome de referência nas principais categorias da indústria de higiene e limpeza no Brasil. Neste relatório, compartilhamos os principais destaques, indicadores, projetos e resultados alcançados ao longo de 2024.

Este documento foi elaborado em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e abrange também dados não financeiros, como informações sobre o

desempenho ambiental e sobre nossas plantas industriais.

Como uma sociedade anônima de capital aberto, a Bombril é registrada na CVM e suas ações (BOBR4) estão listadas no segmento tradicional da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A seguir apresentamos um panorama completo da empresa, com detalhes sobre nosso modelo de gestão, estratégia atual e as conquistas alcançadas no decorrer do ano de 2024.





Sumário

Mensagem do Presidente	5
Recuperação Judicial	7
Perfil Corporativo	9
Mercado de Atuação	12
Unidades Industriais	13
Inovações e Novos Produtos.....	15
Mídias Sociais	18
Política Integrada Bombril	20
ESG - Ações de Impacto Social	21
Estrutura Societária	23
Governança Corporativa	24
Mercado de Capitais	26
Desempenho Econômico-Financeiro	28

Mensagem do Presidente



Marcus Fraga Rodrigues
CEO | Presidente

É com grande satisfação que apresentamos o desempenho da Bombril em 2024. A prioridade para o exercício 2024 era a recuperação de nossa posição junto aos consumidores, e todas as nossas iniciativas deveriam convergir nesse sentido. Em função de nossa disciplina, o objetivo foi alcançado. O crescimento da presença da Bombril no mercado foi refletido pelo expressivo aumento do volume comercializado nos doze meses do ano de 2024, em comparação ao mesmo período de 2023. As vendas tiveram incremento de 17,5%, atingindo 432,2 mil/tons, e a Receita Operacional Bruta subiu 11,5%, totalizando R\$ 2.307,2 milhões. Destacamos também nosso crescimento em relação aos números de mercado para a cesta de higiene e limpeza: enquanto crescemos 17,5%, o mercado cresceu 0,1%.

Esses resultados tornam-se ainda mais relevantes em face ao cenário de grande

complexidade em que foram obtidos. No âmbito macroeconômico, destacamos a inflação superior às previsões, que afetou diretamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, a valorização do dólar pressionou os custos de produção em toda a cadeia produtiva da indústria de higiene e limpeza. Durante o período, também observamos mudanças no comportamento dos consumidores. Estudos e análises revelaram o impacto do mercado de apostas online na poupança e no consumo das famílias de menor renda, que reduziram os gastos com supermercado, direcionando recursos para as apostas.

Esse contexto exigiu a implementação de ações para preservar as margens operacionais e garantir a saúde financeira da Companhia. Além da disciplina no controle de custos e despesas, buscamos aumentar receitas, com inovações em categorias como cuidados com roupas (lava roupas e amaciantes), limpador perfumado e reposicionamento de preço. Contudo, os efeitos do reposicionamento de preços não foram totalmente capturados no quarto trimestre de 2024, pois a efetiva implementação da tabela ocorre somente dois meses após sua divulgação, dado que os ajustes são feitos de forma escalonada por canais (diretos e indiretos), a fim de garantir que os novos preços cheguem às prateleiras do mercado simultaneamente.

Como resultado das medidas implementadas, mesmo em um contexto adverso, foram alcançados bons resultados. O EBITDA Ajustado do 4T24 atingiu R\$ 58,6 milhões, e a margem



EBITDA Ajustada foi de 14,4%, em linha com o ano anterior. No acumulado dos 12M24 o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 239,8 milhões, uma redução de 3,1% em relação aos 12M23. Além disso, ao analisarmos a situação de forma mais ampla, percebemos um fortalecimento da posição competitiva, através da expansão de *market share* e da sustentabilidade dos resultados.

Em outra frente, demos continuidade à reestruturação financeira da Companhia. Para reduzir custos e alongar o perfil do endividamento, renegociamos débitos equivalentes a R\$ 150 milhões, diminuindo os custos em 0,9 p.p. ao mês e ampliando o prazo médio do endividamento de 24 para 32 meses. Este foi um passo importante para otimizar a estrutura de capital e criar ambiente propício para o crescimento sustentável da empresa.

Para continuar a expansão da presença nas gôndolas, mantivemos o foco no relacionamento com clientes e consumidores. Nesse sentido, implementamos ações em pontos de venda com destaque para iniciativas em lojas com expositores adicionais, que foi um

fator importante para impulsionar as vendas ao consumidor final. No campo da comunicação, realizamos mais de 80 ações de *merchandising* na TV, com apresentadores atuando como embaixadores da marca nas respectivas redes sociais. Seguindo tendências de consumo, aprimoramos os produtos da linha de amaciez – agora de origem vegetal, vegano e mais sustentável – e o lançamento das novas versões Frescor e Lavanda.

Estamos firmes em nosso compromisso de crescimento planejado para a jornada de 2025. Como demonstrado neste relatório, os resultados previstos já estão sendo conquistados. Isso dá confiança de que conseguiremos atender da melhor forma às necessidades de nossos clientes e consumidores, recompensar adequadamente nossos colaboradores, manter uma relação sólida com nossos fornecedores e entregar o melhor desempenho para os acionistas.

Tenham todos uma excelente leitura!

Marcus Fraga Rodrigues

CEO | Presidente

Recuperação Judicial

Em 10 de fevereiro de 2025, divulgamos Fato Relevante informando aos acionistas e ao mercado o protocolo, em conjunto com suas controladas Brilmaq e Bril, de pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado da 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ do Estado de São Paulo (“Juízo da Recuperação Judicial”), nos termos da Lei nº 11.101/05 (“LFR”), conforme autorizado por seu acionista controlador e pelo Conselho de Administração da Companhia, com determinação da convocação de assembleia geral de acionistas para ratificar o pedido (“Recuperação Judicial”), na forma da lei.

Conforme detalhado nas Demonstrações Financeiras, no Formulário de Referência e em informações periódicas e eventuais prestadas pela Companhia ao mercado, a Bombril possui contingências tributárias relevantes, especialmente as relacionadas a autuações da Receita Federal por suposta falta de recolhimento de tributos incidentes em operações de aquisição de títulos de dívida estrangeiros (T-Bills), realizadas no período entre 1998 e 2001 pela Companhia e por veículo do grupo empresarial italiano Cragnotti & Partners, que era controlador da Bombril naquela época. Tais autuações são discutidas em processos judiciais e envolvem o valor total agregado de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões (“Processos Judiciais”).

Dada a relevância e o elevado valor envolvido, a administração da Companhia monitora constantemente o andamento dos

Processos Judiciais. Nesse sentido, em função de decisão desfavorável proferida recentemente nos Processos Judiciais, os Diretores da Companhia reavaliaram as chances de perda no âmbito dos Processos Judiciais e as alternativas para lidar com essa questão e seus impactos, amparados por pareceres de assessores externos. A Diretoria considerou que o atual risco de perda nos Processos Judiciais representa ameaça aos bons resultados contábeis que vêm sendo obtidos pela Bombril, expondo a Companhia a riscos considerados elevados, relacionados à reavaliação da sua capacidade de adimplência relativamente a fornecedores e financiadores e, no limite, à descontinuidade de determinadas relações comerciais e vencimento antecipado de dívidas. Como resultado da reavaliação realizada, a administração deliberou pelo reconhecimento contábil de valores discutidos nos Processos Judiciais, determinando a adoção das medidas cabíveis.

Nesse contexto, o pedido de Recuperação Judicial foi formulado, no melhor interesse da Companhia, para (i) conduzir, de forma organizada, um procedimento abrangente de negociação com todos os interessados para adequação de sua estrutura de endividamento, (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e de suas controladas, bem como (iii) proteger o caixa da Companhia e de suas controladas, em benefício de todos os seus credores, fornecedores, colaboradores, acionistas e demais stakeholders.

Em 12 de fevereiro de 2025 o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o processamento, de forma conjunta, do pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia, pela Bril e pela Brilmaq, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005 (“LFR”).

A decisão judicial de deferimento do processamento da Recuperação Judicial, dentre outras providências, determinou:

- a) a nomeação de Laspro Consultores Ltda. (“Laspro”) para atuar como administrador judicial;
- b) a suspensão de todas as ações e execuções em face do Grupo Bombril, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre seus bens, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à Recuperação Judicial, nos termos do art. 6º e 52, inciso III, da LFR;
- c) a expedição de edital, nos termos do art. 52, § 1º da LRF, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do processo de Recuperação Judicial;
- d) a apresentação do plano de recuperação judicial da Companhia no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do art. 53 da LFR.

Em 22 de abril de 2025, a Companhia apresentou o seu Plano de Recuperação Judicial. O Plano estabelece os termos e condições propostos relativamente às

principais medidas que poderão ser adotadas visando a superação da atual situação econômico-financeira da Companhia, a continuidade de suas atividades, a preservação de valor e a promoção de sua função social.

Em 08 de julho de 2025, houve a divulgação do edital de convocação para Assembleia Geral de Credores. A assembleia teve como objeto a deliberação pelos credores sobre a seguinte ordem do dia: a) exposição do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas de fls. 5371/6343; b) aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas; c) decisão pela instalação e eleição dos membros do Comitê de Credores; d) demais assuntos de interesse dos credores e das Recuperandas.

Em 07 de agosto de 2025, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial em assembleia geral dos credores, com votos favoráveis de mais de 95% dos credores presentes. Neste momento, aguarda-se a homologação do Plano pelo Juízo da Recuperação Judicial. Com a aprovação e a esperada homologação do Plano, a Companhia confia que será possível atingir uma estrutura financeira adequada, que permitirá um novo ciclo de crescimento e novos investimentos, em benefício da coletividade dos stakeholders.

Os documentos exigidos pelas normas da CVM aplicáveis, inclusive a íntegra do Plano, estão disponíveis no site de relação com investidores da Bombril (<https://ri.bombril.com.br/recuperacao-judicial/>) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).



Perfil Corporativo

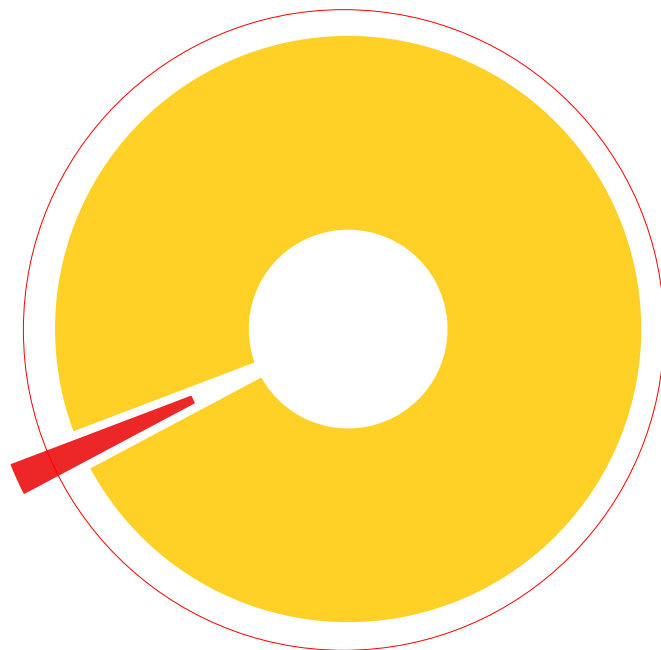


Com sede em São Bernardo do Campo (SP) e uma trajetória de 77 anos na indústria de higiene e limpeza, a Bombril nasceu da inovação de um produto revolucionário e conquistou a confiança do mercado, se tornando popular pelo jargão “1001 utilidades”.

Hoje temos ao todo 15 marcas consagradas incluindo Limpol, Mon Bijou, Sapólio Radium, Kalipto, Pinho Bril, Força Azul, Remobril e Bom Bril, ocupando posições de destaque no mercado, refletindo valores

fundamentais como respeito aos consumidores, excelente relação entre qualidade e preço, e notável versatilidade.

Presente em mais de 97% dos varejos alimentares, conta com um quadro de aproximadamente 2.889 colaboradores diretos e indiretos distribuídos em três complexos industriais localizados em São Bernardo do Campo (SP), Sete Lagos (MG) e Abreu e Lima (PE).



Mais de

97%

dos varejos alimentares

O amplo portfólio da Bombril inclui cerca de 245 itens de limpeza, abrangendo diversas categorias como esponjas de aço, detergentes, amaciantes, desinfetantes,

limpadores multiuso, saponáceos, limpadores perfumados, esponjas sintéticas, e outros produtos essenciais para a limpeza doméstica.

O amplo portfólio da Bombril inclui

15 marcas e cerca de **245 itens** de limpeza





Desde sua fundação em 1948, a empresa cultiva uma relação sólida de confiança com os brasileiros, oferecendo

uma cesta completa de soluções para o lar e adotando uma linguagem irreverente no relacionamento com o consumidor.



2.889

colaboradores, sendo:

2.400 diretos e

489 indiretos



Mercado de Atuação

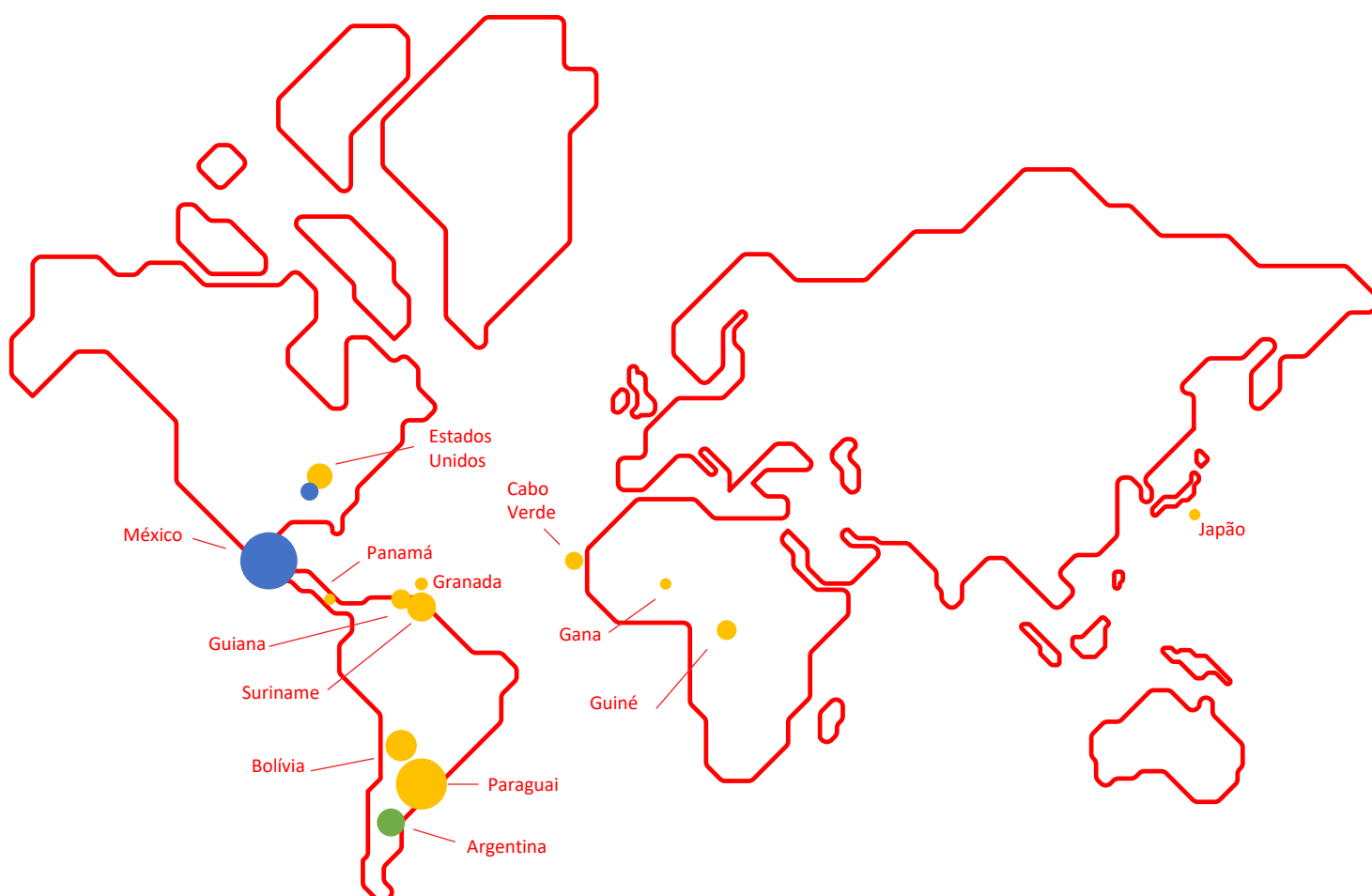
Além de operar em todo o território nacional, fornecendo produtos de alta qualidade para o Brasil, a Bombril mantém

operações de exportação para diversas nações, como indicado no mapa abaixo:

Em 2024 exportou para

13 países

Distribuição das exportações em 2024



Distribuição % em Rob R\$

● Higiene e Limpeza 58% ● Fibra de Aço 36% ● Pó de Aço 6%

Unidades Industriais

A Bombril conta com uma infraestrutura formada por três complexos industriais, localizados nas cidades de São Bernardo

Campo (SP), Sete Lagoas (MG) e em Abreu e Lima (PE).



BBA (Bombril Anchieta) - São Bernardo do Campo (SBC - SP)

Sede da companhia composta por escritório administrativo, fábrica metalúrgica, fábrica química, fábrica de embalagens e centro de distribuição.

Área: 146.000m²

São Bernardo do Campo - São Paulo

Via Anchieta, Km 14, S/N Rudge Ramos

Distrito Industrial CEP: 09696-000



BBM (Bombril Minas) - Sete Lagoas (MG)

Unidade composta por fábrica metalúrgica, fábrica química, fábrica de embalagens e centro de distribuição.

Área: 117.000m²

Sete Lagoas - Minas Gerais

Avenida Prefeito Alberto Moura, 6.300

Bairro Santa Rita Distrito Industrial CEP: 35702-383



BBN (Bombril Nordeste) - Abreu e Lima (PE)

Unidade composta por fábrica metalúrgica, fábrica química, fábrica de embalagens e centro de distribuição.

Área: 74.000m²

Abreu e Lima – Pernambuco

BR 101 Norte, Km 52

Zona Industrial CEP: 53510-070



Sua
casa
está de
perfume
novo.



Novo frasco em
formato de diamante



Fragrâncias inspiradas
na **perfumaria fina**



Perfume por
mais tempo



Inovações e Novos Produtos



Nova linha de Limpadores Perfumados Limpol

Os novos Limpadores Perfumados Limpol chegaram ainda mais irresistíveis e com um brilho incomparável. Com cinco fragrâncias exclusivas, inspiradas na perfumaria fina, e um design moderno e elegante que remete à sofisticação de um diamante, Limpol Perfumes une o poder da limpeza a notas delicadas, intensas e sedutoras. É uma verdadeira explosão de frescor e perfume que dura por muito mais tempo.



Nova linha de Amaciantes Concentrados Mon Bijou

Os novos Amaciantes Concentrados Mon Bijou oferecem um rendimento superior ao regular, sendo quatro vezes mais eficientes. Além disso, essa nova linha traz uma melhoria significativa na fragrância, com até seis vezes mais perfume. Inspirados na perfumaria fina, os produtos da linha Mon Bijou estão disponíveis em seis versões: Clássico, Mistério, Magia, Cuidado, Glamour e Seduction. Este último é uma novidade da marca, com fórmula hipoalergênica, ideal para peles sensíveis.



É MAIS DO QUE BOM. É DA **BOM BOM**



Lava-Roupas Mon Bijou

O novo Lava-Roupas Mon Bijou Multiação com o Poder das Enzimas é indicado para roupas brancas e coloridas. As enzimas potencializam o poder de limpeza sem prejudicar as fibras do tecido, deixando as roupas com cores vibrantes por mais tempo. Disponível nas versões Action, Lavanda e Fresh, o novo Lava Roupas Multiação tem embalagens de 3 litros e que rende até 30 lavagens, 1,5 litros e na versão 900ml.



Lustra-Móveis Q Brilho

Com sua formulação especial que repele água, o Lustra-Móveis Q Brilho previne o acúmulo de pó e seca instantaneamente, oferecendo brilho seco e proteção com cera natural. Recomendado para multisuperfícies como plástico, metal, madeira, vidro e couro, também limpa vidros e espelhos sem embaçar. É proteção, brilho e praticidade em um único produto.



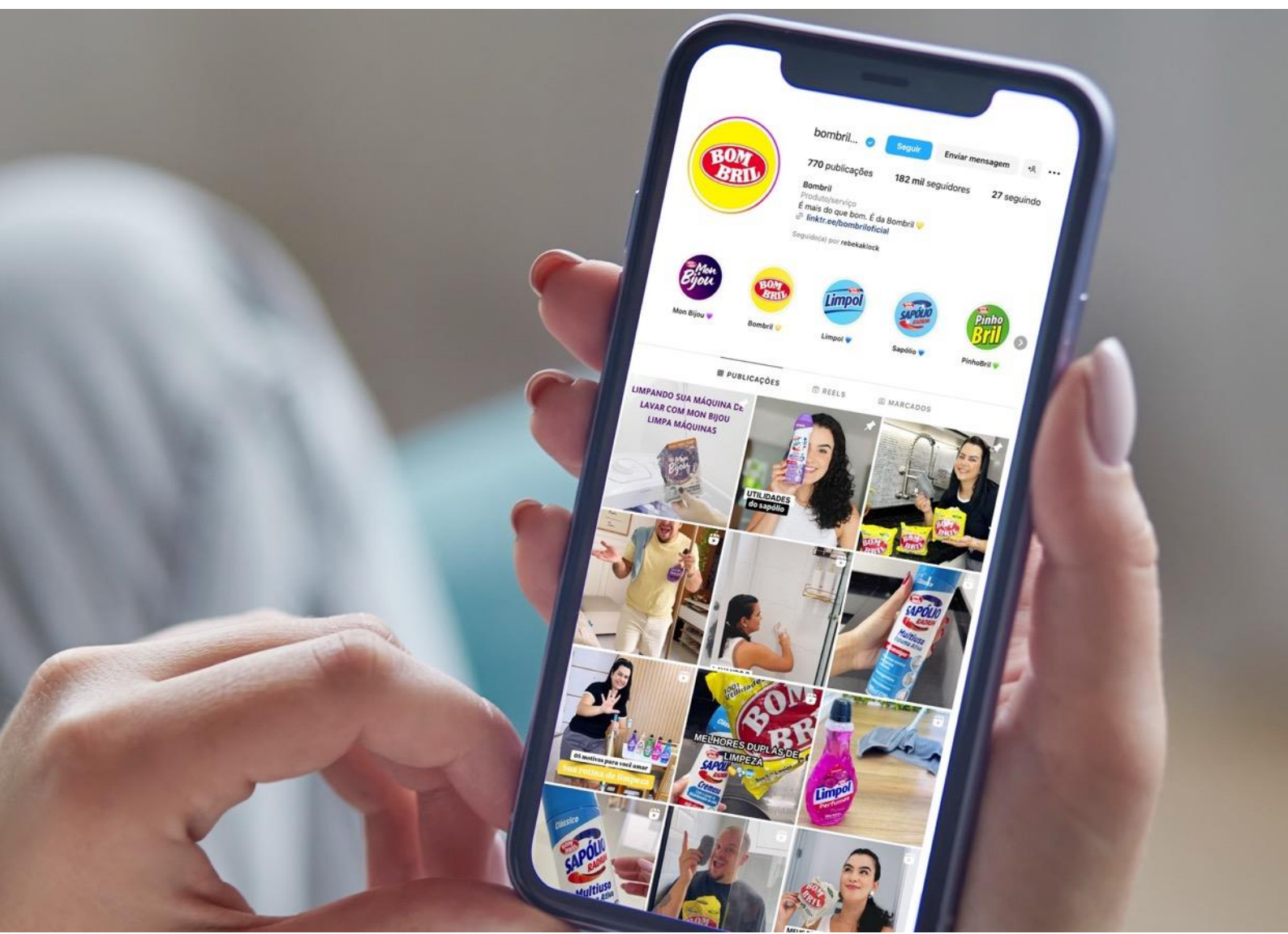
Mídias Sociais

Em 2024, a Bombril brilhou na internet

A Bombril tem se empenhado cada vez mais para se comunicar de forma eficaz com seus públicos nas plataformas digitais, reconhecendo a importância crescente dessas ferramentas no cotidiano das pessoas e no relacionamento com as marcas. Com uma presença sólida nas redes sociais e uma estratégia de marketing digital robusta, a empresa tem investido na criação de conteúdos relevantes e inovadores, que dialogam diretamente com seus

consumidores, tanto tradicionais quanto os mais jovens.

Os esforços de comunicação incluem uma abordagem multicanal, com ações em diferentes redes, além de ações de influenciadores e campanhas de marketing de influência. O objetivo é gerar identificação e engajamento, mantendo a conexão com os consumidores.



Embaixadores brilhantes

O marketing de influência foi destaque no plano de comunicação. Os apresentadores Regina Volpato, Matheus Baldi, Cátia Fonseca e João Silva foram escolhidos embaixadores da marca e se juntaram a um time de influenciadores digitais que já havia, ao longo do ano, desenvolvido trabalhos com a empresa.

Essa equipe de influenciadores de diversos tamanhos, regiões e características reforçou o ideal da empresa de se comunicar de forma diversa, para pessoas diversas. De forma orgânica, essas pessoas criaram conteúdo com dicas de como os produtos da Bombril eram utilizados em sua rotina diária, enaltecendo as 1001 utilidades da marca.



Política Integrada Bombril

A Bombril dedica-se à pesquisa, distribuição e comercialização de produtos de limpeza doméstica, comprometendo-se a empregar materiais de qualidade excepcional. O compromisso estende-se ao respeito pelo lar de cada um, mas também, de forma mais ampla, ao planeta Terra. E faz isso por meio da Política Integrada Bombril de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente. Em nossa Política integrada destacamos:

- Oferecer produtos de alta qualidade, cumprindo os requisitos de boas práticas de fabricação, por meio de melhorias contínuas e análises críticas.
- Ter uma performance operacional sustentável e que atenda legislações e regulamentos governamentais.

- Assegurar que todos os colaboradores e prestadores de serviços tenham a responsabilidade de preservar a sua própria segurança e daqueles ao seu redor.
- Proteger o meio ambiente e minimizar os aspectos e impactos ecológicos significativos, como poluição, uso de recursos naturais e geração de resíduos.
- Reduzir os impactos dos resíduos pós-consumo (embalagens) participando ativamente de um programa de logística reversa (Mãos para o Futuro).
- Manter o constante desenvolvimento dos grupos de trabalho com foco ambiental. Promover a comunicação entre as partes interessadas, internas e externas.



ESG - Ações de Impacto Social

A Bombril assinou o Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas) e movimentos estratégicos. Esta ação reforça nosso compromisso com os dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, consolidando nossa participação ativa nas iniciativas de melhoria global.

Além do Pacto Global, a Bombril também aderiu a três importantes movimentos do pacto, que andam lado a lado com 7º pilar ESG do Programa Minha Bombril. Com isso a Bombril incentivará ainda mais as ações alinhadas com movimento global e com metas já para 2025:

Em abril/2024, a Bombril aderiu ao Pacto Global da ONU – Rede Brasil





1 - Movimento Elas Lideram:

Este movimento visa promover a igualdade de gênero no ambiente corporativo, incentivando a participação ativa e a

liderança das mulheres em todos os níveis da organização.



2 - Movimento Raça:

O compromisso é combater o racismo estrutural, promovendo a diversidade e a inclusão racial dentro da empresa, inclusive

em cargos de liderança, e contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e igualitário.



3 - Movimento + água:

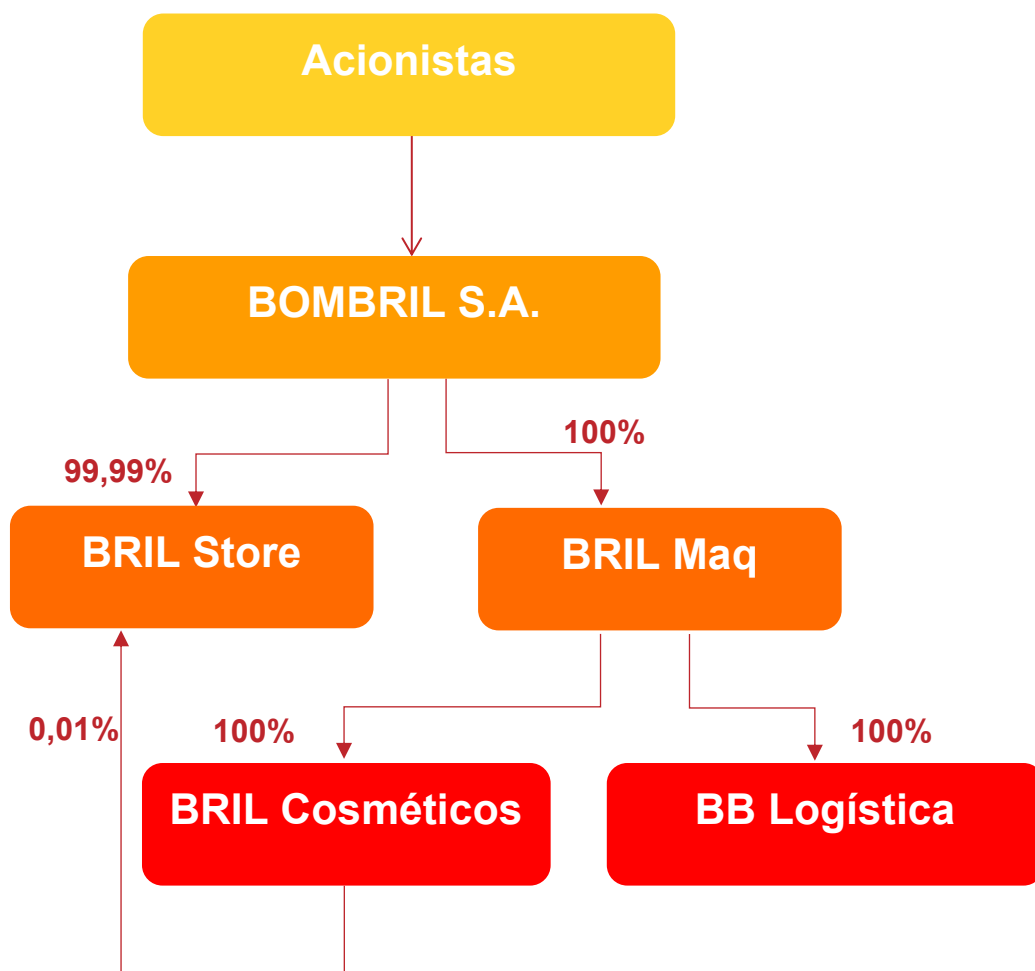
Reconhecendo a grande importância da água para a vida e para o desenvolvimento sustentável, este movimento visa a gestão responsável dos recursos hídricos, promovendo a conscientização e ações práticas para a preservação deste recurso precioso principalmente no tratamento de efluentes de fabricação e de uso cotidiano.

Estes movimentos refletem nossas crenças e determinação em enfrentar desafios globais

e em buscar constantemente melhorias significativas em nossa empresa. Através destas iniciativas, pretendemos não apenas cumprir nossas responsabilidades sociais e ambientais, mas também inspirar mudanças positivas em nosso setor e na sociedade como um todo. Juntos, estamos construindo um futuro mais sustentável, inclusivo e resiliente.



Estrutura Societária



Governança Corporativa

Conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações, a Bombril sustenta suas diretrizes de Governança Corporativa fundamentadas nos quatro princípios essenciais:

1 – Transparência

2 – Equidade

3 – Prestação de contas

4 – Responsabilidade corporativa

A empresa adota as normas e diretrizes estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e segue as boas práticas de mercado da B3, ambiente em que suas ações são negociadas sob o *ticker* BOBR4, no segmento tradicional.

As políticas que orientam as ações dos órgãos diretivos incluem o Estatuto Social, a Lei das Sociedades por Ações, a Política de Divulgação de Informações Relevantes e de Preservação de Sigilo, bem como o Código de Conduta, o qual é amplamente disseminado entre todos os colaboradores. Os principais órgãos de governança incluem o Conselho Fiscal, o Conselho de

Administração e a Diretoria Executiva Estatutária.

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação encarregado de formular as políticas e diretrizes gerais de negócios da Bombril, abrangendo as estratégias de longo prazo. Além disso, é responsável pela eleição e supervisão da gestão dos diretores da Bombril. Conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração também assume a responsabilidade pela indicação dos auditores independentes, e seus mandatos se encerram na Assembleia Geral Ordinária de 2026.

Na Diretoria Executiva, os diretores são os representantes legais da Bombril, incumbidos principalmente da gestão diária e da implementação e execução das políticas e diretrizes gerais delineadas pelo Conselho de Administração da empresa. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve residir no país, podendo ou não ser acionista. Adicionalmente, até um terço dos membros do Conselho de Administração da Bombril tem a possibilidade de ser eleito para cargos na diretoria. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração da Bombril para mandatos de um ano, com permissão para reeleição, além da faculdade de serem destituídos a qualquer momento por esse órgão. O quadro atual da Diretoria Executiva Estatutária foi atualizado, e seus

mandatos se encerram na Assembleia Geral e Extraordinária de 2026.

Já o Conselho Fiscal, conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações, é um órgão societário independente da administração e dos auditores externos. Pode operar de maneira permanente ou não permanente, sendo que, neste último caso, sua atuação ocorre durante um exercício social específico, instigado por acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações com direito a voto. As principais responsabilidades do Conselho Fiscal incluem a fiscalização das atividades da administração, a revisão das demonstrações financeiras da companhia e a comunicação de suas conclusões aos acionistas, seus mandatos se renovaram na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2026.

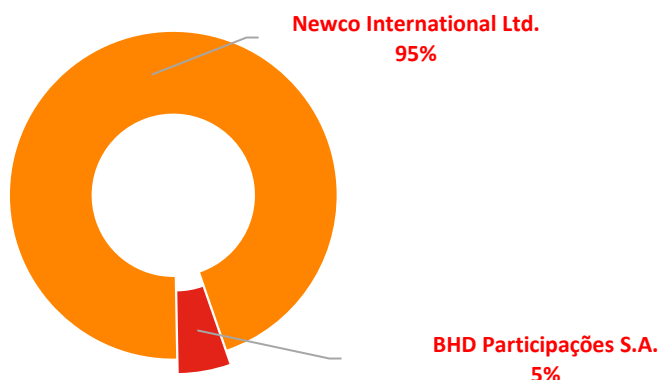


Mercado de Capitais

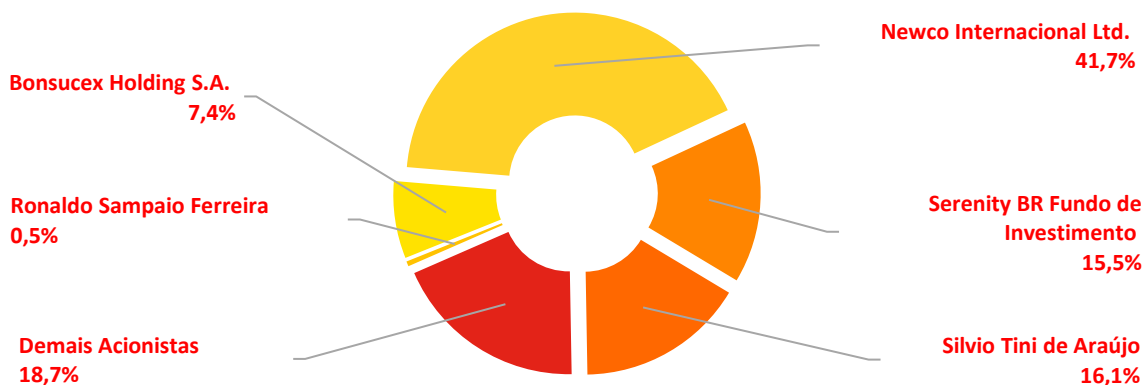
A Bombril é uma empresa de capital aberto, registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o *ticker* BOBR4 (ações preferenciais).

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado atinge o montante de R\$ 879,8 milhões, distribuídos entre 137.615.317 ações ordinárias e 122.894.461 ações preferenciais, totalizando 260.509.778 ações.

Distribuição das ações ordinárias - 52,8% do total de ações



Distribuição das ações preferenciais - 47,2% do total de ações





Destaques de 2024

Receita Bruta
R\$ 2.307,2 milhões
Crescimento de +11,5%

Volume
432,2 mil toneladas
Crescimento de +17,5%

Resultado Bruto
R\$ 656,2 milhões
Crescimento de +14,1%

Ebitda Ajustado
R\$ 239,8 milhões

Lucro líquido Ajustado
R\$ 90,0 milhões

Colaboradores
2.889
2.400 diretos e 489 indiretos

Caminhões expedidos
2.522
(média por mês)

15 Marcas
Totalizando 245 SKUs



Desempenho Econômico-Financeiro

Apresentamos nossos indicadores de performance referentes ao quarto trimestre (4T24), e dos 12 meses de 2024 (12M24), destacando a realização das nossas principais metas de crescimento e competitividade.

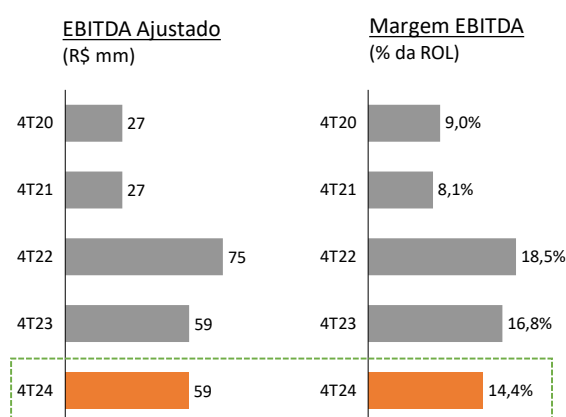
Nos 12M24, a Companhia apresentou um forte crescimento do volume de vendas e na ampliação de *market share*, reforçando sua posição de mercado e destacando seu compromisso com inovação e crescimento sustentável. Este importante avanço foi acompanhado pela adequação do posicionamento de preços, resultando na preservação de *cash margin*. Estas ações estão alinhadas com o direcionamento estratégico de longo prazo, que visa impulsionar um desenvolvimento sustentável e consolidar a competitividade da Companhia no mercado.

No 4T24, registramos uma Receita Operacional Bruta de R\$ 568,9 milhões, representando um aumento de 11,2% em relação ao quarto trimestre de 2023 (4T23). No acumulado dos 12M24, nossa Receita Operacional Bruta alcançou **R\$ 2.307,2 milhões**, um crescimento significativo de 11,5% frente aos doze meses de 2023 (12M23).

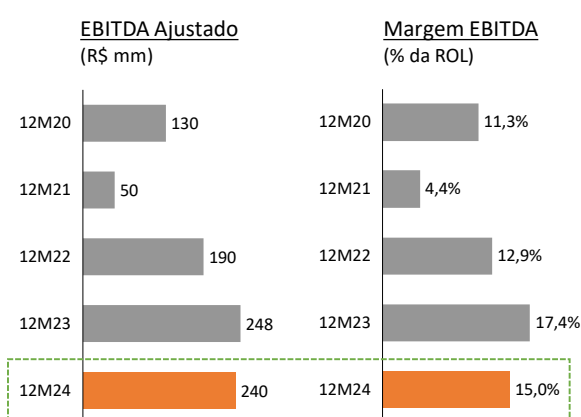
No 4T24, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 58,6 milhões, não apresentando variação em relação ao quarto trimestre de 2023 (4T23). No acumulado dos 12M24, o EBITDA Ajustado foi de **R\$ 239,8 milhões**, que se compara aos R\$ 247,5 milhões nos 12M23.

Esses resultados evidenciam a resiliência, eficiência e a solidez da nossa estratégia para continuar crescendo de forma contínua e sustentável, fortalecendo cada vez mais a nossa presença no mercado.

Evolução dos últimos 4Ts da Bombril S/A



Evolução dos últimos 12 meses da Bombril S/A





Quadro resumo dos principais resultados

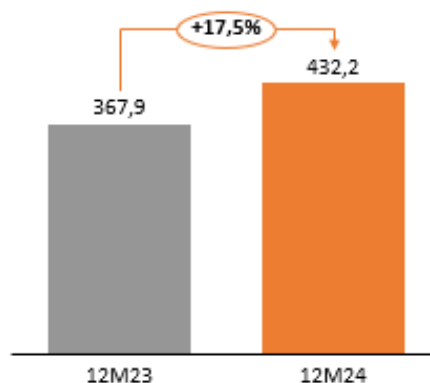
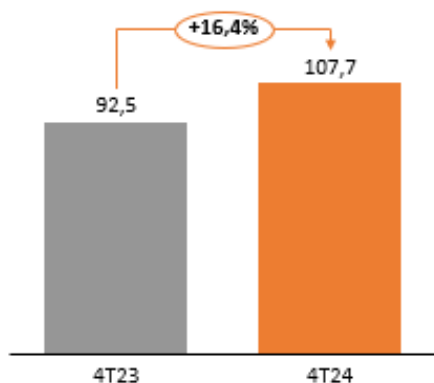
Valores expressos em R\$ milhões

EBITDA (em R\$ milhões)	4T24	%	4T23	%	12M24	%	12M23	%
Receita Líquida	405,7		349,1		1.597,8		1.420,7	
(=) Lucro / Prejuízo do exercício	-1.608,7	-396,5%	16,4	4,7%	-1.552,2	-97,1%	100,2	7,1%
(-) IR / CS	2,6	0,6%	-0,4	-0,1%	29,8	1,9%	-32,5	-2,3%
(+/-) Resultado financeiro	1.714,2	422,5%	35,8	10,3%	1.791,8	112,1%	153,0	10,8%
(+) Depreciação/Amortização	7,4	1,8%	6,8	1,9%	27,4	1,7%	26,8	1,9%
(=) EBITDA	115,5	28,5%	58,6	16,8%	296,7	18,6%	247,5	17,4%
(+/-) Reversão honorários advocatícios T'Bills	-56,9		0,0		-56,9		0,0	
(=) EBITDA Ajustado	58,6	14,4%	58,6	16,8%	239,8	15,0%	247,5	17,4%

DRE (em R\$ milhões)	4T24	%	4T23	%	12M24	%	12M23	%
Receita Líquida	405,7		349,1		1.597,8		1.420,7	
(-) Custos dos Produtos Vendidos	-242,1	-59,7%	-209,5	-60,0%	-941,6	-58,9%	-845,7	-59,5%
(=) Resultado Bruto	163,6	40,3%	139,6	40,0%	656,2	41,1%	575,0	40,5%
(+/-) Despesas/Receitas Operacionais	-112,4	-27,7%	-87,6	-25,1%	-443,8	-27,8%	-354,3	-24,9%
(+/-) Despesas/Receitas Operacionais - não recorrentes	56,9	14,0%	0,0	0,0%	56,9	3,6%	0,0	0,0%
(+/-) Resultado Financeiro	-15,1	-3,7%	-35,8	-10,3%	-92,7	-5,8%	-153,0	-10,8%
(+/-) Resultado Financeiro - não recorrentes (processo T-Bills)	-1.699,1	-418,8%	0,0	0,0%	-1.699,1	-106,3%	0,0	0,0%
(-) IR / CS	-2,6	-0,6%	0,4	0,1%	-29,8	-1,9%	-2,1	-0,1%
(-) IR / CS - não recorrentes	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	34,6	2,4%
(=) Lucro (prejuízo) do exercício contábil	-1.608,7	-396,5%	16,4	4,7%	-1.552,2	-97,2%	100,2	7,1%
(+/-) Reversão dos eventos não recorrentes	1.642,2		0,0		1.642,2		-34,6	
(=) Lucro do exercício - Ajustado	33,5	8,3%	16,4	4,7%	90,0	5,6%	65,6	4,6%

Volume de vendas

Valores expressos em milhões

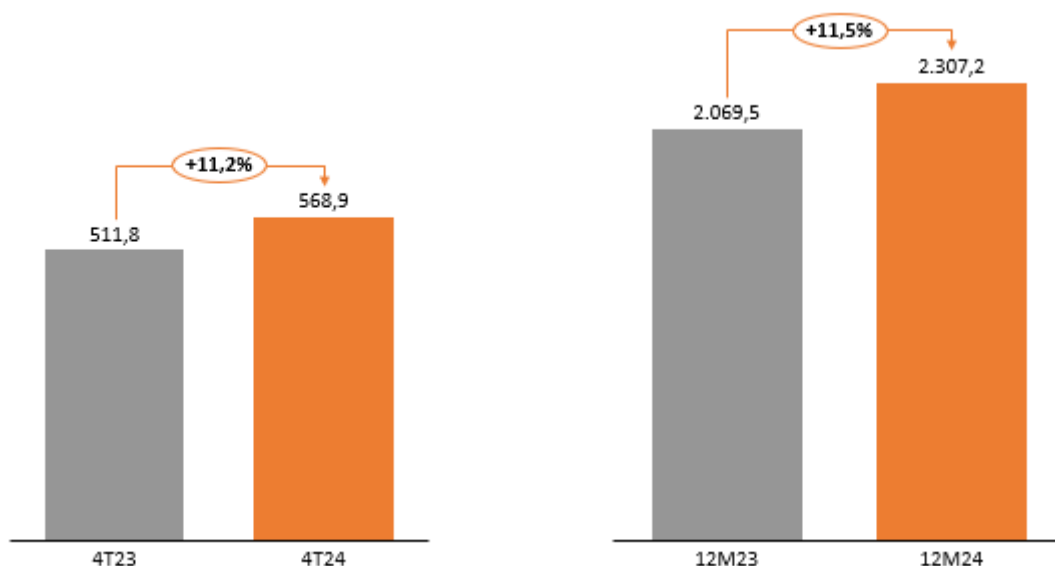


A quantidade de produtos vendidos no quarto trimestre de 2024 (4T24) totalizou **107,7 mil toneladas**, representando um **crescimento de 16,4%** em comparação ao quarto trimestre de 2023 (4T23). No acumulado dos 12M24 o volume alcançou

432,2 mil toneladas, um **crescimento de 17,5%** em comparação ao mesmo período de 2023. O desempenho no quarto trimestre (4T24) e no acumulado dos 12M24 reflete o acerto no direcionamento da Companhia através da execução de vendas alinhadas com a estratégia de crescimento contínuo e sustentável.

Receita operacional bruta

Valores expressos em R\$ milhões

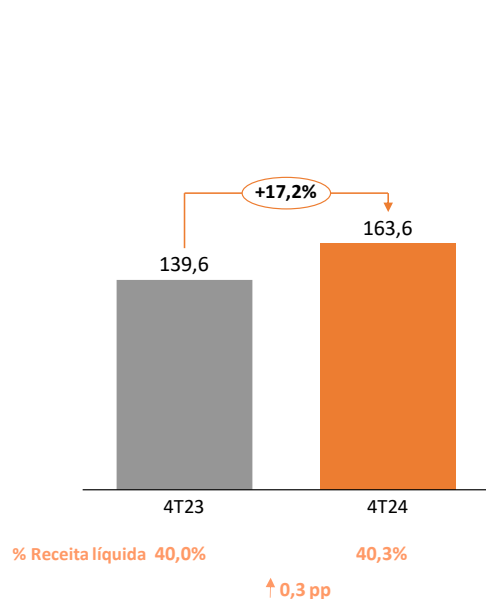


A receita operacional bruta no 4T24 atingiu **R\$ 568,9 milhões**, um **aumento de 11,2%** em relação ao 4T23. No acumulado dos 12M24 atingiu o patamar de **R\$2.307,2 milhões**, um **aumento de 11,5%** em comparação aos 12M23.

O aumento na receita operacional bruta foi impulsionado principalmente por crescimento significativo do volume, melhora na distribuição de vendas e um portfólio com combinação adequada de mix e posicionamento de preço.

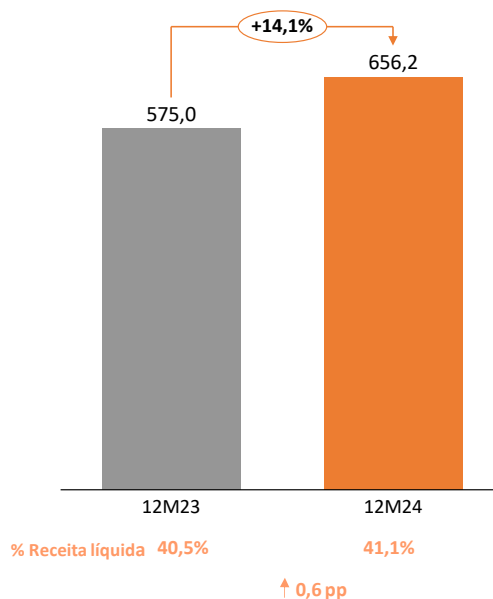
Resultado Bruto

Valores expressos em R\$ milhões



O resultado bruto do 4T24 alcançou R\$ **163,6 milhões**, refletindo um **aumento de 17,2%** em comparação ao 4T23. A margem bruta foi de **40,3%**, um leve aumento de 0,3 p.p. em relação ao 4T23.

No 4T24, o resultado realizado refletiu o crescimento significativo de volume, com forte retomada em *market share* e necessidade de adequação do posicionamento de preços. Como resultado, ocorreu aumento de *cash margin*, com preservação de rentabilidade. Essas ações estão alinhadas com a execução estratégica da Companhia para o período.

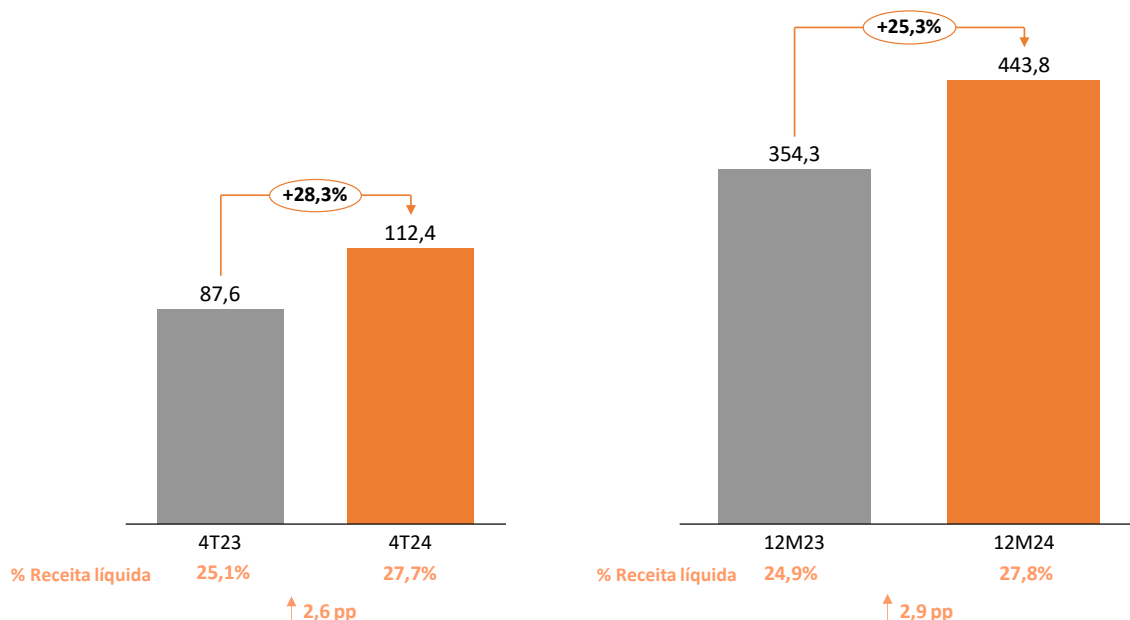


No acumulado dos 12M24, atingiu-se R\$ **656,2 milhões**, representando um **aumento de 14,1%** em relação aos 12M23. O aumento da margem bruta na comparação trimestral foi de 0,6 p.p.

A performance positiva da Companhia no período refletiu a eficiência na execução da estratégia, com foco em crescimento sustentável do volume de vendas, posicionamento adequado dos preços, com preservação de *cash margin* e eficiência operacional em redução de custos.

Despesas e Receitas Operacionais (Ajustado)

Valores expressos em R\$ milhões



As despesas e receitas operacionais ajustadas do 4T24 totalizaram **R\$ 112,4 milhões**, representando um **aumento de 2,6 p.p.** da receita líquida, quando comparado ao 4T23.

O acumulado dos 12M24 foi de **R\$ 443,8 milhões**, representando um aumento de 2,9 p.p da receita líquida, quando comparado aos 12M23.

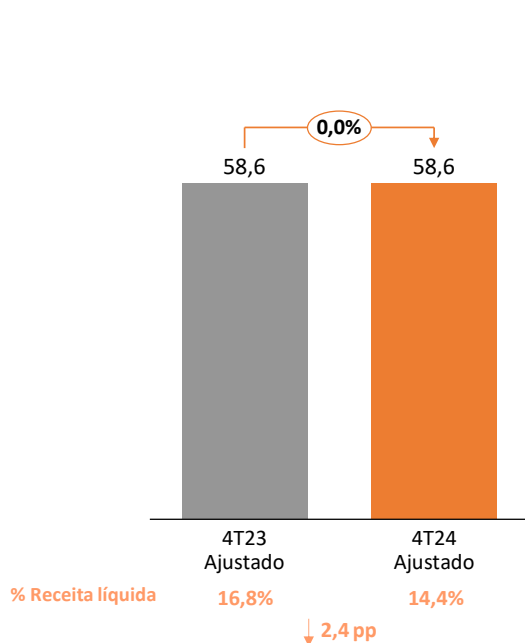
A variação no 4T23 e no acumulado dos 12M24 foi motivada, principalmente, por: (i) incremento em campanhas de publicidade com mídias digitais e ações de trade; e (ii)

despesas com frete sobre vendas por diversificação de perfil de clientes regionais.

Os eventos não recorrentes expurgados do 4T24 e 12M24 para constituição das despesas e receitas operacionais ajustadas totalizaram R\$ 56,9 milhões, e trata-se de reconhecimento de reversão de honorários advocatícios referente aos processos T-Bills.

EBITDA Ajustado

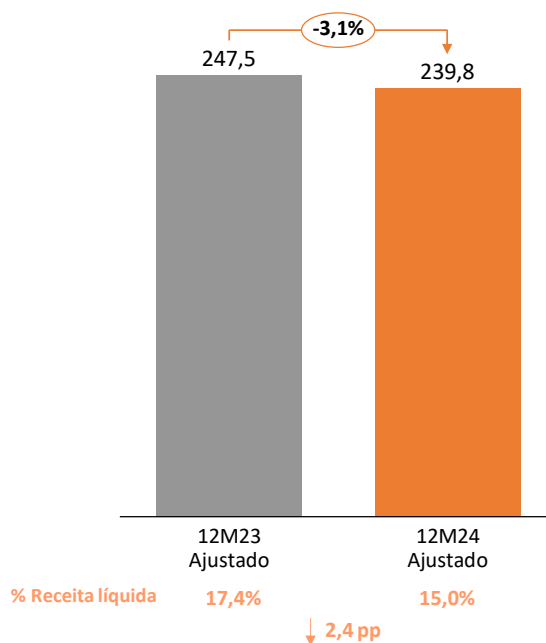
Valores expressos em R\$ milhões



No 4T24, o EBITDA Ajustado atingiu **R\$ 58,6 milhões**, não apresentando variação em comparação com o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA ajustada foi de **14,4%**, uma redução de **2,4 p.p.** em relação ao 4T23.

A performance do período foi impulsionada principalmente pelo forte crescimento do volume de vendas, com retomada de *market share*, diversificação no mix de produtos e adequação do posicionamento de preços.

No acumulado dos 12M24 o EBITDA ajustado atingiu **R\$ 239,8 milhões**, uma redução de **3,1%** em relação aos 12M23,



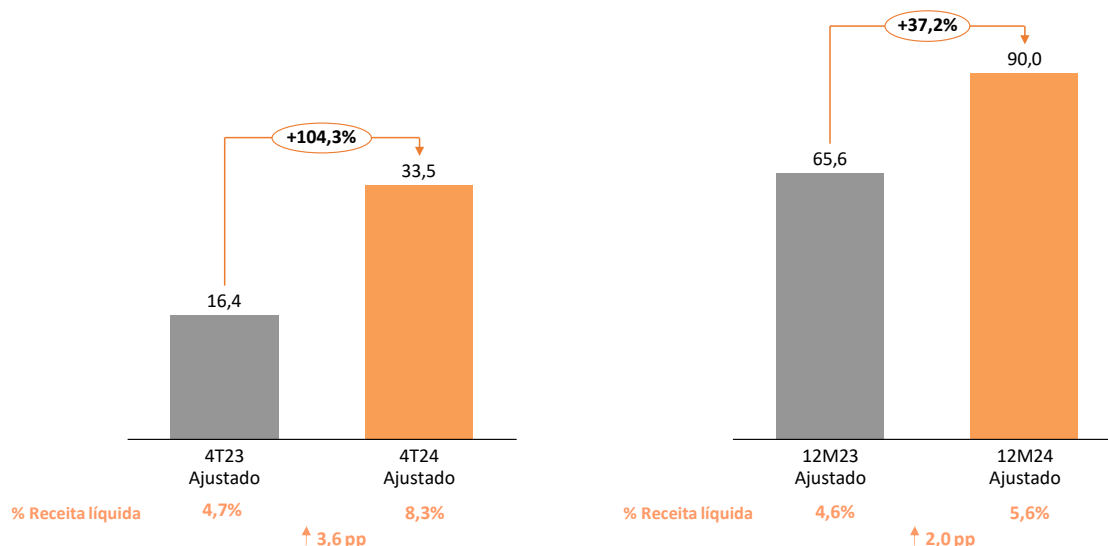
enquanto a margem **EBITDA ajustada atingiu 15,0%.**

Os números, em conjunto, evidenciam que apesar de uma pequena redução na margem, a execução do direcionamento estratégico foi acertada, resultando em crescimento sustentável através do posicionamento adequado de preços e combinação de mix. Além disso, destacam-se diversas iniciativas de eficiência operacional em custos e despesas.

Os eventos não recorrentes expurgados do 4T24 e 12M24 para constituição do EBITDA ajustado totalizaram R\$ 56,9 milhões, e trata-se de reversão de honorários advocatícios referente aos processos T-Bills.

Lucro Líquido Ajustado

Valores expressos em R\$ milhões



O Lucro Líquido Ajustado atingiu **R\$ 33,5 milhões** no 4T24, ante R\$ 16,4 milhões em relação ao 4T23, um aumento de 17,1 milhões. A margem líquida foi de 8,3%, resultando em um aumento de 3,6 p.p. em comparação ao 4T23.

No acumulado dos 12M24 a Companhia obteve Lucro Líquido Ajustado de **R\$ 90,0 milhões**, ante R\$ 65,6 milhões nos 12M23. A margem líquida foi de 5,6%, um aumento de 2,0 p.p. em relação aos 12M23.

No 4T24 e no acumulado dos 12M24, a Companhia apresentou um excelente desempenho que refletiu uma importante retomada em crescimento de vendas, com boa combinação de mix e posicionamento adequado de preços e eficiência no controle de custos e despesas. Além disso, houve redução dos custos financeiros por melhora no perfil de endividamento bancário, e com

ações para melhorar cada vez mais a geração de caixa operacional.

Os eventos não recorrentes expurgados do 4T24 e 12M24 para constituição do Lucro Líquido Ajustado, totalizaram R\$ 1.642,2 milhões e referem-se ao reconhecimento de obrigações tributárias relacionadas aos processos jurídicos T-Bills e reversão de honorários advocatícios, detalhados nas demonstrações financeiras em 2024.

Nos 12M23, ocorreu o evento não recorrente referente ao registro do ativo diferido sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores, e foi desconsiderado para fins de análise da performance no período.

Créditos

Conselho Administrativo

Ronaldo Sampaio Ferreira
Célio de Melo Almada Neto
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof
Jonatas Giovinzio Garcia

Conselho Fiscal

Erica Rodrigues Prado
Marcelo Adilson Tavarone Torresi
Thiago Gatti Barbosa

Diretoria Executiva Estatutária

Marcus Fraga Rodrigues
CEO - Diretor Presidente

Kelly Cristiane Moraes Terra Ribeiro
CFO e RI - Diretora Financeira e Relação com Investidores

Renata Baraldi Margutti
Diretora de Tesouraria

Leonardo Pereira da Silva
Diretor de Operações

Fabiana Ramos Gotardo
Diretor de Marketing

Thiago Pereira da Silva
Diretor de Desenvolvimento Humano Organizacional (DHO)

Contato Relações com Investidores

Contato Relações com Investidores
acionista@bombril.com.br
+55 11 976 052 920
<https://ri.bombril.com.br>

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA, INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS
2.1 A 2.11 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA



2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os comentários descritos neste documento têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Bombril S/A – Em Recuperação Judicial, e são apresentadas em conformidade com as normas internacionais “IFRS Accounting Standards” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2024

No ano de 2024, a prioridade era a recuperação de nossa posição junto aos consumidores, e todas as nossas iniciativas deveriam convergir nesse sentido. Em função de nossa disciplina, o objetivo foi alcançado. O crescimento da presença da Bombril no mercado foi refletido pelo expressivo aumento do volume comercializado nos doze meses do ano de 2024, em comparação ao mesmo período de 2023. As vendas tiveram incremento de 17,5%, atingindo 432,2 mil/tons, e a Receita Operacional Bruta subiu 11,5%, totalizando R\$ 2.307,2 milhões. Destacamos também nosso crescimento em relação aos números de mercado para a cesta de higiene e limpeza: enquanto crescemos 17,5%, o mercado cresceu 0,1%.

No âmbito macroeconômico, destacamos a inflação superior às previsões, que afetou diretamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, a valorização do dólar pressionou os custos de produção em toda a cadeia produtiva da indústria de higiene e limpeza. Durante o período, também observamos mudanças no comportamento dos consumidores. Estudos e análises revelaram o impacto do mercado de apostas online na poupança e no consumo das famílias de menor renda, que reduziram os gastos com supermercado, direcionando recursos para as apostas.

Esse contexto exigiu a implementação de ações para preservar as margens operacionais e garantir a saúde financeira da Companhia. Além da disciplina no controle de custos e despesas, buscamos aumentar receitas, com inovações em categorias como cuidados com roupas (lava roupas e amaciantes), limpador perfumado e reposicionamento de preço.

Contudo, os efeitos do reposicionamento de preços não foram totalmente capturados no quarto trimestre de 2024, pois a efetiva implementação da tabela ocorre somente dois meses após sua divulgação, dado que os ajustes são feitos de forma escalonada por canais (diretos e indiretos), a fim de garantir que os novos preços cheguem às prateleiras do mercado simultaneamente.

Como resultado das medidas implementadas, mesmo em um contexto adverso, foram alcançados bons resultados. No acumulado dos 12M24 o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 239,8 milhões, uma redução de 3,1% em relação aos 12M23. Além disso, ao analisarmos a situação de forma mais ampla, percebemos um fortalecimento da posição competitiva, através da expansão de *market share* e da sustentabilidade dos resultados.



Em outra frente, demos continuidade à reestruturação financeira da Companhia. Para reduzir custos e alongar o perfil do endividamento, renegociamos débitos equivalentes a R\$ 150 milhões, diminuindo os custos em 0,9 p.p. ao mês e ampliando o prazo médio do endividamento de 24 para 32 meses. Este foi um passo importante para otimizar a estrutura de capital e criar ambiente propício para o crescimento sustentável da empresa.

Como demonstrado neste relatório, os resultados previstos já estão sendo conquistados. Isso dá confiança de que conseguiremos atender da melhor forma às necessidades de nossos clientes e consumidores, recompensar adequadamente nossos colaboradores, manter uma relação sólida com nossos fornecedores e entregar o melhor desempenho para os acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia decidiu pelo reconhecimento das dívidas decorrentes de três autuações fiscais lavradas pela Receita Federal e os quais perdem a sua litigiosidade na esfera administrativa e continuam em discussão na esfera judicial. Tais processos judiciais discutem crédito fiscal sobre imposto de renda retido na fonte referentes aos anos calendários de 1998, 1999 e 2001, sob a alegação de pagamentos para pessoas jurídicas e físicas residentes no Brasil e exterior, com fundamento no artigo 61, § 1º da Lei 8.981/1995. Os pagamentos que deram origem aos créditos tributários decorreram de remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior, (T-BILLS, T-Bonds, Argentine Global Bonds). O montante total contabilizado foi de R\$ 1.699.077 mil, conforme detalhado em nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

2023

No ano de 2023, foram dados passos importantes e consistentes no processo de transformação da Bombril. O direcionamento estratégico alinhado à excelência na capacidade de execução, mais uma vez, fez a diferença, refletindo em resultados que superaram as expectativas e atingiram patamares inéditos. O EBITDA acumulado de 12M23 alcançou a marca histórica de R\$ 248 milhões, frente aos R\$ 190 milhões realizado em 12M22, e aos R\$ 50 milhões de 12M21. São números que evidenciam a evolução consistente na geração de caixa operacional da Companhia. A evolução da Margem EBITDA - partindo de 4,4% em 12M21, passando pelos 12,9% em 12M22 e atingindo os 17,4% em 12M23 - resulta, principalmente da eficácia das nossas negociações com clientes e fornecedores, com foco sempre na geração de valor para o ecossistema, buscando rentabilidade e crescimento sustentável em nossas relações comerciais.

Destacamos também o controle eficiente da execução de ações táticas dos investimentos comerciais, em conjunto com diversas iniciativas de eficiência operacional em custos e despesas. Esse direcionamento assegurou os bons resultados, a despeito da redução do volume de vendas verificado durante o ano. No acumulado dos 12M23, a receita operacional bruta atingiu R\$ 2,07 bilhões, frente aos R\$ 2,14 bilhões de 12M22 e aos R\$ 1,69 bilhões de 12M21. A Companhia teve um Lucro Líquido contábil de R\$ 100,2 milhões, no acumulado dos 12M23, ante R\$ 22,6 milhões nos 12M22, um crescimento de R\$ 77,6 milhões. A margem líquida contábil atingiu 7,1%, gerando um incremento de +5,6 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior.

2022

No ano de 2022, a Bombril atingiu o histórico número de R\$ 2,140 bilhões em receita bruta, sendo

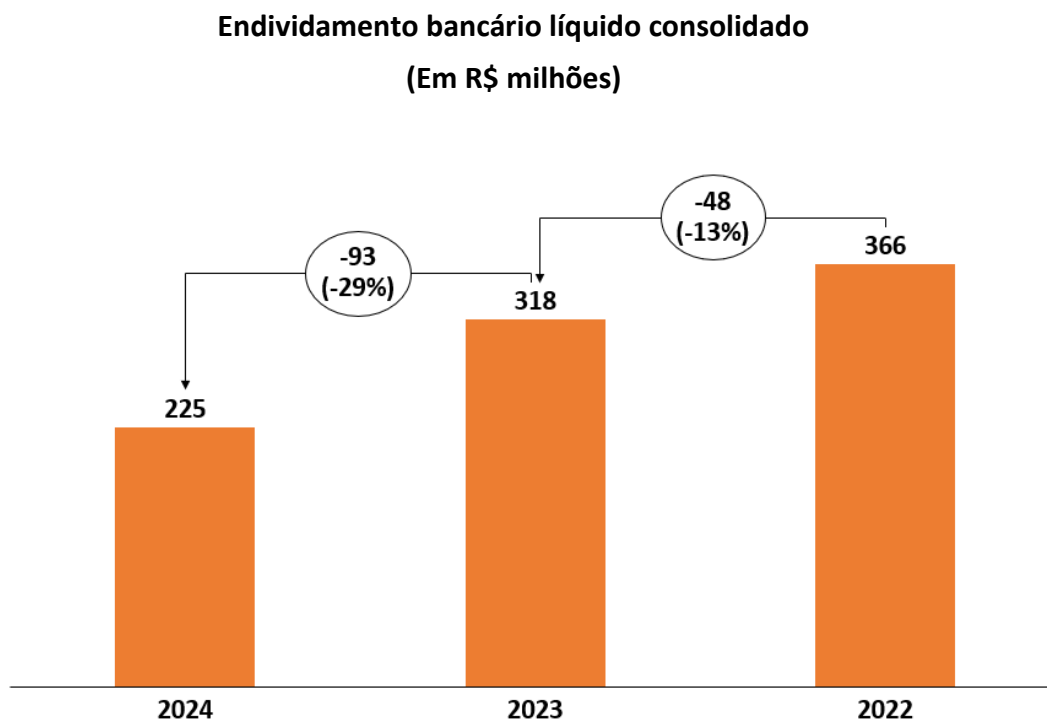


R\$ 591 milhões no quarto trimestre, acumulando um crescimento de +26,2% frente ao ano anterior. O EBITDA acumulado alcançou a marca inédita de R\$ 189,7 milhões, sendo 3,8x maior que os R\$ 50 milhões realizados em 2021. Esse resultado foi impulsionado pelos números do segundo semestre de 2022 (R\$ 62,6 milhões no 3T22 e R\$ 74,5 milhões no 4T22), sinalizando uma consistente tendência positiva da Companhia.

Frente a um recuo de -6,2% (dados da Scanntech) no volume de vendas do setor de Limpeza no Brasil, a Bombril cresceu +7,7% o seu “sell in” do volume de toneladas vendidas no ano de 2022. Essa evolução na contramão do encolhimento do mercado veio acompanhada de ganhos significativos de rentabilidade, uma vez que atingimos no 4T22 a margem bruta de 36,9% (+8,3 p.p. versus 4T21) e margem EBITDA de 18,5% (+10,4 p.p. versus 4T21), demonstrando a sustentabilidade deste crescimento.

Os números inéditos em termos de faturamento e rentabilidade decorrem fundamentalmente do posicionamento adequado dos preços e dos investimentos comerciais, conjugados com as diversas iniciativas de eficiência operacional em custos e despesas. Destaco também a implementação da nova estratégia de comunicação, que aproxima nossas marcas do cotidiano atual dos nossos consumidores, com uma atualização na identidade visual dos nossos produtos, ações em pontos de vendas e desenvolvimento de campanhas publicitárias. Todo esse importante trabalho foi executado com uma estrutura executiva mais adequada à realidade da Companhia.

Apresentamos abaixo as evoluções de algumas informações e indicadores financeiros da Companhia, considerando suas demonstrações financeiras consolidadas





Caixa e Equivalentes de Caixa

(Em milhares de reais – R\$)

	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	24.237	7.538	14.208
Aplicações financeiras	12.159	9.973	1.682
Total	36.396	17.511	15.890

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Composição

(Em milhares de reais - R\$)

	Taxa média		Consolidado		
	de encargos %	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
<u>Em moeda local:</u>					
Financiamento de máquinas e equipamentos			-	13	307
Capital de giro	1,41% a.m	out/2028	246.900	311.047	213.513
Debêntures não conversíveis	1,80% a.m	out/2027	33.940	35.160	62.440
Operação de fomento			-	-	3.123
Cessão de recebíveis (a)	1,61% a.m		11.050	8.797	46.845
Conta garantida			-	-	5.081
Fornecedores Risco Sacado	-		-	5.787	70.363
Total			291.890	360.804	401.612
Circulante			124.483	196.133	307.894
Não circulante			167.407	164.671	93.778

(a) As A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis por meio de cessão de recebíveis junto às instituições financeiras como ferramenta de capital de giro.

Todos os contratos realizados pela Companhia de empréstimos e financiamentos, incluindo risco sacado, não possuem cláusulas de covenants de desempenho financeiro ou econômico.



Capital Circulante Líquido – CCL

O capital circulante líquido passou de R\$58,6 milhões negativos em 2023 para R\$49,4 milhões negativos em 2024, conforme demonstrado na tabela a seguir.

	2024	2023	2022
Ativo Circulante	381.109	400.686	412.733
Passivo Circulante	430.535	459.248	632.143
Capital Circulante Líquido (CCL)	-49.426	-58.562	-219.410

Liquidez Corrente

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de liquidez corrente (índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 0,9; 0,9x e 0,7x em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

	2024	2023	2022
Ativo Circulante	381.109	400.686	412.733
Passivo Circulante	430.535	459.248	632.143
Liquidez Corrente	0,9x	0,9x	0,7x

a) Estrutura de capital:

Estrutura de Capital	2024	2023	2022
Capital Social	879.785	879.785	879.785

Quantidade de Ações	2024	2023	2022
ON	137.615	137.615	137.615
PN	122.894	122.894	122.894
Total de Ações	260.509	260.509	260.509

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito integralizado é de 260.509 ações, sendo 137,6 milhões de ações ordinárias e 122,9 milhões de ações preferenciais.

	2024	%	2023	%	2022	%
Capital de terceiros ⁽¹⁾	2.437.360	293,8%	881.961	106,7%	1.020.065	118,0%
Capital Próprio ⁽²⁾	-1.607.721	-193,8%	-55.506	-6,7%	-155.672	-18,0%
Total	829.639		826.455		864.393	

⁽¹⁾ Capital de Terceiros corresponde à soma do Passivo Circulante e Passivo não Circulante ao final de cada exercício social.

⁽²⁾ Capital Próprio corresponde ao Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social.



b) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O aumento influencia diretamente o aumento da capacidade de pagamento da Companhia, honrando os compromissos correntes e aqueles derivados de dívidas de parcelamentos contraídos com o fisco Estadual e Federal, instituições financeiras e fornecedores.

O quadro abaixo demonstra a redução em 2024 do Endividamento Consolidado, incluindo Empréstimo e financiamento e os Parcelamentos Fiscais, capacitada pela geração operacional positiva de caixa.

Endividamento Consolidado	2024	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	291,9	360,8	401,7
Parcelamentos fiscais	99,9	133,8	165
Dívida Bruta	391,8	494,6	566,7
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-36,4	-17,5	-15,9
(-) Títulos e valores mobiliários	-30,6	-25,3	-19,8
Dívida Líquida	324,8	451,8	531,0
EBITDA ajustado	239,8	247,5	189,7
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	1,4x	1,8x	2,8x

• Valores expressos em milhares de reais

Em 2024, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$391,8 milhões, queda de R\$127,0 milhões em relação ao ano de 2023. Em 2023, a Companhia reduziu em R\$79,2 milhões a dívida líquida em relação ao ano de 2022, de R\$531,0 milhões em 2022 para 451,8 milhões em 2023.

c) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamentos da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazo; (iii) emissão de dívidas (debêntures).

Essas fontes de financiamentos são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas da operação, redução do endividamento fiscal e com fornecedores e das taxas de juros a eles atreladas (serviço da dívida).

A Companhia não efetuou investimentos relevantes em 2024, e continua focando na redução dos custos e taxas do endividamento bancário, aumento do prazo de pagamento com fornecedores e diminuição da necessidade de garantias das operações.

A Companhia permanecerá focada em capturar ações para a melhoria da rentabilidade, retomando os investimentos necessários para manutenção e ampliação do parque fabril, garantindo a produção para demanda de seus produtos, e segue na busca da otimização de sua dívida.



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio financeiro e desenvolveu um melhor relacionamento com Instituições Financeiras ao longo dos últimos anos, com capacidade de rolagem e ampliação das linhas de financiamento bancário existentes.

Houve captação de recursos, quando necessário, de forma mais eficiente, com menor custo financeiro, prazo mais alongado e redução das exigências de garantias.

Usando uma combinação de diferentes recursos de capital, tais como as receitas geradas a partir das atividades operacionais da Companhia, emissões de dívidas e condições estendidas aos seus fornecedores, tais recursos são empregados na operação para financiar o nosso crescimento sustentável, o qual acreditamos ser apropriado para o desempenho e continuidade de nossas atividades.

e) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando:

(i) Características das dívidas

Em 31 de dezembro de 2024 a dívida (finames, capital de giro, debêntures não conversíveis em ações, operações de fomentos, cessão de duplicatas, conta garantida e fornecedores risco sacado) totalizavam R\$291,9 milhões.

A tabela a seguir demonstra o endividamento consolidado em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(Em milhares de reais - R\$)

	Taxa média		Consolidado		
	de encargos %	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
<u>Em moeda local:</u>					
Financiamento de máquinas e equipamentos			-	13	307
Capital de giro	1,41% a.m	out/2028	246.900	311.047	213.513
Debêntures não conversíveis	1,80% a.m	out/2027	33.940	35.160	62.440
Operação de fomento			-	-	3.123
Cessão de recebíveis (a)	1,61% a.m		11.050	8.797	46.845
Conta garantida			-	-	5.081
Fornecedores Risco Sacado	-		-	5.787	70.363
Total			291.890	360.804	401.612
Circulante			124.483	196.133	307.894
Não circulante			167.407	164.671	93.778



(a) A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis por meio de cessão de recebíveis junto às instituições financeiras como ferramenta de capital de giro.

Todos os contratos realizados pela Companhia de empréstimos e financiamentos, incluindo risco sacado, não possuem cláusulas de covenants de desempenho financeiro ou econômico.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2024 nossos empréstimos e financiamentos bancários de longo prazo totalizaram R\$167,4 milhões, e estão distribuídos conforme tabela abaixo:

Parcela não circulante de Empréstimos e Financiamentos

Consolidado		
Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2025	3.148	-
2026	123.993	74.323
2027	38.993	76.686
2028	1.273	13.662
	167.407	164.671

(iii) grau e subordinação entre as dívidas;

A Companhia informa nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022, não possui grau de subordinação entre dívidas entre elas, tendo, portanto, direitos iguais de pagamentos.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratações de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alteração de controle societário.

Não há restrições impostas a Companhia. Nos 03 últimos exercícios sociais, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não contém cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

f) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites para contratação dos financiamentos passam por aprovação do corpo diretivo competente antecedente a formalização junto às Instituições financeiras.



g) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Abaixo a comparação das principais contas das Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

Ativo Circulante

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Em 31 de dezembro de 2024 encerramos com saldo de R\$36,4 milhões, apresentando um aumento de 107,8%, comparado a 31 de dezembro de 2023, de R\$17,5 milhões.
- **Títulos e valores mobiliários** – Em 31 de dezembro de 2024, encerramos com R\$13,9 milhões, apresentando um aumento de 2,9%, comparado a 31 de dezembro de 2023 que foi de R\$13,5 milhões, valor utilizado principalmente para constituição de garantia para empréstimos e financiamentos da Companhia.
- **Estoques** – Em 31 de dezembro de 2024, encerrou com saldo de R\$119,6 milhões, o que representa um aumento de 30,5% em relação a 31 de dezembro de 2023 que foi de R\$91,6 milhões, e essa variação está relacionada principalmente ao aumento de demanda de produção para atender o crescimento operacional da Companhia.
- **Contas receber de clientes** – Os valores a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$196,7 milhões, o que representa um aumento de 1,5 % em relação a 31 de dezembro de 2023 que foi de R\$193,8 milhões, impactado principalmente pelo aumento do volume de vendas, e consequentemente, aumento da receita líquida nos últimos meses do ano.
- **Tributos a Recuperar** – Em 31 de dezembro de 2024, encerrou com saldo de R\$6,7 milhões, redução de 90,2% relação a 31 de dezembro de 2023 que fechou com o saldo de R\$68,7 milhões, a principal variação ocorreu por utilização de créditos de PIS e COFINS nas compensações de pagamentos de tributos federais.

Ativo Não Circulante

- **Tributos diferidos** – Em 31 de dezembro de 2024, encerrou com saldo de R\$ 63,8 milhões, apresentando uma redução de R\$9,6 milhões, comparado ao ano anterior de R\$73,4 milhões. A partir do resultado do exercício de 2024, a Administração realizou projeções dos resultados para os próximos 3 anos, visando apurar o lucro tributável, e consequentemente, absorção dos créditos tributários. Com base nas premissas consideradas e aplicando análises de sensibilidades para os saldos das contas de provisões que compõe as diferenças temporárias, a administração avaliou e registrou parcialmente o ativo diferido sobre os prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social negativa acumulada até 31 de dezembro 2024 da controladora Bombril S/A no montante de R\$63,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2024 a Controladora Bombril S/A, avaliou a recuperabilidade da utilização dos créditos fiscais e, portanto, não registrou no balanço o



prejuízo fiscal no valor de R\$ 534, 3 milhões. Não foram identificados indícios de não recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo registrado contabilmente, mantendo as expectativas de realização no curto e médio prazo.

- **Depósitos Judiciais** – Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou R\$73,3 milhões de depósitos judiciais, ante R\$58,9 milhões em 31 de dezembro de 2023. A Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências, de natureza trabalhista, cível e fiscal. O aumento é decorrente principalmente a processos de natureza fiscal relacionados ao T-Bills.

Passivo circulante e Passivo não circulante

- **Fornecedores** – Em 31 de dezembro de 2024, encerrou com saldo de R\$189,2 milhões, representando um aumento de 27,3% em relação a 31 de dezembro de 2023 que foi de R\$ 148,6 milhões. A variação corresponde principalmente ao aumento de compras de matéria-prima para atender o crescimento operacional da Companhia.
- **Empréstimos e financiamentos** – Em 31 de dezembro de 2024, encerrou com saldo de R\$291,9 milhões apresentando uma diminuição de R\$68,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2023 que foi de R\$ 360,8 milhões. A redução está relacionada a continuidade de reestruturação financeira da Companhia. Para reduzir custos e alongar o perfil do endividamento, foram renegociados débitos, diminuindo os custos em 0,9 p.p. ao mês e ampliando o prazo médio do endividamento de 24 para 32 meses. Este foi um passo importante para otimizar a estrutura de capital e criar ambiente propício para o crescimento sustentável da empresa.
- **Obrigações Tributárias a recolher** – Em 31 de dezembro de 2024, encerrou com saldo de R\$ 50,3 milhões no curto prazo e R\$ 1.766,3 milhões no longo prazo que totalizam R\$ 1.816,5 milhões, um aumento de R\$ 1.663,4 milhões comparado com o ano de 2023.

A variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento das dívidas decorrentes de três autuações fiscais lavradas pela Receita Federal e os quais perdem a sua litigiosidade na esfera administrativa e continuam em discussão na esfera judicial. Tais processos judiciais discutem crédito fiscal sobre imposto de renda retido na fonte referentes aos anos calendários de 1998, 1999 e 2001, sob a alegação de pagamentos para pessoas jurídicas e físicas residentes no Brasil e exterior, com fundamento no artigo 61, § 1º da Lei 8.981/1995. Os pagamentos que deram origem aos créditos tributários decorreram de remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior, (T-BILLS, T-Bonds, Argentine Global Bonds). Com base nos assessores jurídicos externos da Companhia, apesar da manutenção da discussão dos processos judiciais continuarem na esfera judicial, a Administração, entendeu por bem em proceder o reconhecimento contábil dos três autos de infração envolvendo incertezas tributárias referentes à imposto de renda retido na fonte sobre remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior. Sendo o primeiro (1998) e o terceiro (2001) auto de infração acordados com a PGFN uma penhora mensal (NJP), mediante depósito judicial, sobre a Receita Operacional Líquida e apresentação de bens em garantia, cuja avaliação restou concluída pelos Oficiais de Justiça.



- **Patrimônio Líquido** – O patrimônio líquido da Companhia teve uma redução de R\$ 2.796,5% passando para R\$1.607,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2024 ante R\$55,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2023. Essa redução é reflexo do resultado líquido negativo de 2024 de R\$ 1.552,2 milhões.

Os balanços patrimoniais consolidados levantados em 2024, 2023 e 2022, bem como as respectivas demonstrações do resultado consolidado, foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards). As informações a seguir, devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (ri.bombril.com.br), e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Balanço patrimonial (Em milhares de reais)

	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	Variação 2024 x 2023	Variação 2023 x 2022
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	36.396	4,4%	17.511	2,1%	15.890	1,8%	107,8%	10,2%
Títulos e valores mobiliários	13.894	1,7%	13.498	1,6%	16.802	1,9%	2,9%	-19,7%
Contas a receber de clientes	196.709	23,7%	193.778	23,4%	226.779	26,2%	1,5%	-14,6%
Estoques	119.565	14,4%	91.634	11,1%	87.675	10,1%	30,5%	4,5%
IRPJ e CSLL a recuperar	3.853	0,5%	3.733	0,5%	1.890	0,2%	3,2%	97,5%
Tributos a recuperar	2.888	0,3%	64.939	7,9%	56.653	6,6%	-95,6%	14,6%
Despesas antecipadas	6.064	0,7%	9.737	1,2%	3.749	0,4%	-37,7%	159,7%
Outros ativos	1.740	0,2%	5.856	0,7%	3.295	0,4%	-70,3%	77,7%
Total do ativo circulante	381.109	45,9%	400.686	46,4%	412.733	47,7%	-4,9%	-2,9%
Não Circulante								
Realizável a longo prazo								
Títulos e valores mobiliários	16.728	2,02%	11.844	1,43%	3.030	0,35%	41,2%	290,9%
Tributos a recuperar	2.863	0,35%	1.301	0,16%	90.519	10,47%	120,1%	-98,6%
Tributos diferidos	63.794	7,69%	73.389	8,88%	32.221	3,73%	-13,1%	127,8%
Depósitos judiciais	73.310	8,84%	58.910	7,13%	44.827	5,19%	24,4%	31,4%
Outros ativos	1.065	0,13%	4.447	0,54%	3.835	0,44%	-76,1%	16,0%
Total do ativo realizável a longo prazo	157.760		149.891		174.432		5,2%	-14,1%
Direito de uso	8.674	1,05%	7.165	0,87%	8.260	0,96%	21,1%	-13,3%
Imobilizado	278.999	33,63%	263.685	31,91%	261.390	30,24%	5,8%	0,9%
Intangível	3.097	0,37%	5.028	0,61%	7.578	0,88%	-38,4%	-33,7%
Total do ativo não circulante	448.530	54,1%	425.769	51,5%	451.660	52,3%	5,3%	-5,7%
Total do ativo	829.639	100%	826.455	100%	864.393	100%	0,4%	-4,4%

Proposta da Administração
Assembleia Geral



	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	Varição 2024 x 2023	Varição 2023 x 2022
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores	189.220	22,8%	148.670	18,0%	177.379	20,5%	27,3%	-16,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	28.672	3,5%	34.397	4,2%	33.336	3,9%	-16,6%	3,2%
Empréstimos e financiamentos	124.483	15,0%	196.133	23,7%	307.894	35,6%	-36,5%	-36,3%
Passivos de arrendamentos	5.026	0,6%	5.709	0,7%	4.889	0,6%	-12,0%	16,8%
Obrigações tributárias a recolher	50.271	6,1%	53.774	6,5%	72.674	8,4%	-6,5%	-26,0%
Provisões diversas	13.294	1,6%	8.117	1,0%	8.876	1,0%	63,8%	-8,6%
Outros passivos	19.569	2,4%	12.448	1,5%	27.095	3,1%	57,2%	-54,1%
Total do passivo circulante	430.535	51,9%	459.248	55,6%	632.143	73,1%	-6,3%	-27,4%
Não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	167.407	20,2%	164.671	19,9%	93.778	10,8%	1,7%	75,6%
Passivos de arrendamentos	4.219	0,5%	2.334	0,3%	4.280	0,5%	80,8%	-45,5%
Obrigações tributárias a recolher	1.766.257	212,9%	99.353	12,0%	119.746	13,9%	1677,8%	-17,0%
Tributos diferidos	37.888	4,6%	39.183	4,7%	40.457	4,7%	-3,3%	-3,1%
Provisões diversas	1.460	0,2%	72.045	8,7%	69.784	8,1%	-98,0%	3,2%
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	29.376	3,5%	45.127	5,5%	59.877	6,9%	-34,9%	-24,6%
Outros passivos	218	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Total do passivo não circulante	2.006.825	241,9%	422.713	51,1%	387.922	44,9%	374,7%	9,0%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)								
Capital social	879.785	106,0%	879.785	106,5%	879.785	101,8%	0,0%	0,0%
Reservas de capital	6.745	0,8%	6.745	0,8%	6.745	0,8%	0,0%	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	73.463	8,9%	76.048	9,2%	78.614	9,1%	-3,4%	-3,3%
Prejuízos acumulados	(2.567.714)	-309,5%	(1.018.084)	-123,2%	(1.120.816)	-129,7%	152,2%	-9,2%
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(1.607.721)	-193,8%	(55.506)	-6,7%	(155.672)	-18,0%	2796,5%	-64,3%
Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	829.639	100%	826.455	100%	864.393	100%	0,4%	-4,4%



Análise Comparativa das Demonstrações de Resultados

Demonstração do Resultado do Período
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV
Receita líquida de vendas	1.597.786	100,0%	1.420.683	100,0%	1.471.180	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(941.572)	-58,9%	(845.744)	-59,5%	(960.474)	-65,3%
Lucro bruto	656.214	41,1%	574.939	40,5%	510.706	34,7%
Despesa com vendas	(351.413)	-22,0%	(251.470)	-17,7%	(257.549)	-17,5%
Despesas gerais e administrativas	(106.498)	-6,7%	(116.487)	-8,2%	(102.523)	-7,0%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	71.045	4,4%	13.655	1,0%	7.121	0,5%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	269.348	16,9%	220.637	15,5%	157.755	10,7%
Receitas financeiras	9.178	0,6%	15.792	1,1%	11.764	0,8%
Despesas financeiras	(1.800.977)	-112,7%	(168.759)	-11,9%	(153.917)	-10,5%
Resultado financeiro	(1.791.799)	-112,1%	(152.967)	-10,8%	(142.153)	-9,7%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.522.451)	-123,5%	67.670	4,8%	15.602	1,1%
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(29.765)	-1,9%	32.496	2,3%	6.981	0,5%
Lucro líquido (prejuízo) do período	(1.552.216)	-97,1%	100.166	7,1%	22.583	1,5%
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$) - Básico	(5,95838)		0,38450		0,0867	
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$) - Diluído	(5,95838)		0,38450		0,0867	



2.2. Resultados operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, em especial.

(i) descrição de quaisquer componentes da receita

Volume de Produtos Vendidos

Em 2024, o volume de vendas atingiu 432,1 mil toneladas, um acréscimo de 17,5% em comparação ao ano de 2023. A Companhia apresentou um forte crescimento do volume de vendas e na ampliação de market share, reforçando sua posição de mercado e destacando seu compromisso com inovação e crescimento sustentável. Este importante avanço foi acompanhado pela adequação do posicionamento de preços, resultando na preservação de cash margin. O desempenho no período reflete o acerto no direcionamento da Companhia através da execução de vendas alinhadas com a estratégia de crescimento contínuo e sustentável.

No ano de 2023, o volume de vendas foi de 367,9 mil toneladas, uma queda de 11,4% em comparação ao ano de 2022. A redução no volume durante o ano 2023 está alinhada com a estratégia de preservação da rentabilidade, por meio de um portfólio de vendas com uma combinação adequada de mix e preços, assegurando as melhores margens.

No ano de 2022, o volume de vendas foi de 415,1 mil toneladas, um aumento de 7,7% em comparação ao ano de 2021, esse incremento reflete a captura de market share nas principais categorias, consequência do posicionamento adequado de preços e ações táticas de investimentos comerciais.

Receita Líquida de Vendas

Em 2024, a receita líquida de vendas atingiu R\$1.597,8 milhões ante a R\$1.420,7 milhões nos 12M23, um acréscimo de 12,5%. O aumento na receita líquida foi impulsionado principalmente por crescimento significativo do volume, melhora na distribuição de vendas e um portfólio com combinação adequada de mix e posicionamento de preço.

Em 2023, encerrou com um montante de R\$1.420,7 milhões, ante a R\$1.471,2 milhões no 12M22, representando uma diminuição na receita líquida de vendas de 3,43%. A variação na receita foi impactada principalmente pela redução do volume, e está alinhada com o direcionamento da Companhia em se manter rentável, otimizar o portfólio de vendas e preservação de cash margin.

Em 2022, encerrou com um montante de R\$ 1.471,1 milhões, ante a R\$ 1.139,0 milhões no 12M21, representando um aumento na receita líquida de vendas de 29,16%, Esses números decorrem de movimentos estratégicos relacionados ao posicionamento de preço, ações táticas de execução mercadológica, além de iniciativas de eficiência em custos e despesas.



Custo de Produtos Vendidos (CPV consolidado)

Em 2024, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$941,6 milhões. O CPV/Ton teve uma redução de 5,2% comparado a 2023, essa variação ocorreu principalmente pela eficiência operacional em redução de custos.

Em 2023, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$845,7 milhões. O CPV/Ton teve uma queda de 12,0% comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa queda é devido principalmente à preservação das margens, adequação do portfólio de vendas e eficiência operacional em redução de custos.

No exercício de 2022, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 960,5 milhões. O CPV/ton teve um aumento de 8,1% comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento é devido principalmente pela inflação dos insumos e matérias-primas com índice de preço indexado a moedas estrangeiras (dólar americano).

Lucro Bruto

Em 2024, o lucro bruto do exercício foi de R\$656,2 milhões, um aumento de 14,1% em relação ao mesmo período de 2023. A performance positiva da Companhia no período refletiu a eficiência na execução da estratégia, com foco em crescimento sustentável do volume de vendas, posicionamento adequado dos preços, com preservação de *cash margin* e eficiência operacional em redução de custos.

O lucro bruto no exercício de 2023 foi de R\$574,9 milhões, um aumento de 11,2% em relação ao mesmo período em 2022 que foi de R\$510,7 milhões. Esse crescimento se deve ao reposicionamento de preços e aumento de volume adequação do portfólio de vendas.

O lucro bruto no exercício de 2022, encerra com um aumento de 62,2% em relação ao mesmo período em 2021 que foi de R\$ 314,8 milhões. Esse crescimento se deve ao reposicionamento de preços e aumento de volume de 29,8 Tons, maior em relação ano anterior.

Vendas, Despesas Gerais e Administrativas

Em 2024, as despesas e receitas operacionais totalizaram R\$ 386,9 milhões, um aumento de R\$ 32,6 milhões. A variação no acumulado dos 12M24 foi motivada, principalmente, por incremento em campanhas de publicidade com mídias digitais e ações de trade, e despesas com frete sobre vendas por diversificação de perfil de clientes regionais. Além disso, ocorreram eventos não recorrentes referente ao reconhecimento de reversão de honorários advocatícios relacionados aos processos T-Bills.

No ano de 2023, as despesas e receitas operacionais totalizaram R\$354,3 milhões. Houve um aumento de R\$ 1,3 mil em relação ao ano anterior. Essa variação demonstra que no ano de 2023 a Companhia manteve o controle adequado das despesas operacionais e capacidade de absorver



significativamente os efeitos inflacionários no período.

No ano de 2022, as despesas e receitas operacionais totalizaram R\$ 352,9 milhões. Houve um aumento de R\$ 170 milhões em relação ao ano anterior devido ao reconhecimento em 2021 de créditos fiscais extemporâneos. Desconsiderando os eventos não recorrentes, houve um aumento de R\$ 57 milhões ocasionado principalmente por aumento nas despesas de vendas e promoções reflexo do incremento de volume de vendas no período.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Período

Em 2024, o Prejuízo líquido foi de R\$1.552,2 milhões, uma redução de 1.650% em relação ao ano de 2023. Esse resultado foi impactado principalmente pelo reconhecimento de obrigações tributárias relacionadas aos processos jurídicos T-Bills e reversão de honorários advocatícios, detalhados nas demonstrações financeiras em 2024.

O Lucro líquido encerrado em 2023, foi de R\$100,2 milhões, que apresenta um aumento de 343,5% em relação ao ano de 2022. O crescimento sustentável no período evidencia a melhora nas condições gerais da Bombril com foco em lucratividade, eficiência operacional em custos e despesas e redução do custo da dívida mediante captações com menores taxas e aumento de prazo para pagamento.

O Lucro líquido encerrado em 2022, foi de R\$ 22,6 milhões, que apresenta uma redução de 66,25% em relação ao ano de 2021, porém destacamos que o resultado está suportado pelas operações normais, se comparado com o ano anterior que registrou créditos tributários de R\$ 233,5 milhões.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Em 2024, a receita operacional bruta alcançou o montante de R\$2.307,2 milhões, um aumento de 11,5% em relação ao ano anterior. O aumento na receita operacional bruta foi impulsionado principalmente por crescimento significativo do volume, melhora na distribuição de vendas e um portfólio com combinação adequada de mix e posicionamento de preço.

No ano de 2023, a Companhia atingiu R\$2.069,4 milhões de receita operacional bruta, diminuição de 3,31%, que corresponde a uma redução de R\$70,9 mil em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano de 2022, a Companhia atingiu o patamar histórico de R\$ 2.140,3 milhões de receita operacional bruta, crescimento de 26%, que corresponde a um aumento de R\$ 444,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses números decorrem de movimentos estratégicos relacionados ao posicionamento de preços, ações táticas de execução, além das iniciativas de eficiência em custos e despesas.



(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Inflação

O resultado da Companhia é afetado pela inflação. Uma parte de nossos custos e despesas é incorrida em Reais e é impactada quando nossos fornecedores e prestadores de serviços aumentam seus preços.

Câmbio

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia, são afetados pela variação cambial entre o Real contra Dólar Norte Americano, visto que uma parte relevante dos custos de matérias primas e embalagens estão indexados ao Dólar Norte Americano. Esse tipo de risco pode afetar positivamente ou negativamente o custo do produto vendido.

Taxa de juros

No acumulado de 2024, houve um aumento na taxa SELIC, indexador de parte dos empréstimos bancários, o que refletiu nas despesas financeiras da Companhia. No entanto, para reduzir custos e alongar o perfil do endividamento, foram renegociamos débitos equivalentes a R\$ 150 milhões, diminuindo os custos em 0,9 p.p. ao mês e ampliando o prazo médio do endividamento de 24 para 32 meses. Este foi um passo importante para otimizar a estrutura de capital e criar ambiente propício para o crescimento sustentável da empresa.

No acumulado de 2023, houve um leve aumento na taxa SELIC, indexador de parte dos empréstimos bancários, que refletiu nas despesas financeiras de um ano para o outro da Companhia.

No acumulado de 2022, houve um aumento significativo na taxa SELIC, indexador de parte dos empréstimos bancários, que refletiu em um aumento de 40% de um ano para o outro nas despesas financeiras da Companhia.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos

G. 31/12/2024: Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas no exercício de 2024, em relação ao exercício anterior (2023). As demonstrações contábeis do



exercício de 2024 foram verificadas por uma auditoria independente à administração e foi emitido relatório com abstenção de opinião, conforme detalhado no tópico “Relatório dos Auditores Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas”.

31/12/2023: Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas no exercício de 2023, em relação ao exercício anterior (2022). As demonstrações contábeis do exercício de 2023 foram verificadas por uma auditoria independente à administração e não foram identificadas ressalvas (relatório limpo) nos registros contábeis da companhia, dentro do escopo de atuação da auditoria (exame das demonstrações contábeis da Bombril S.A e suas controladas).

31/12/2022: Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas no exercício de 2022, em relação ao exercício anterior (2021). As demonstrações contábeis do exercício de 2022 foram verificadas por uma auditoria independente à administração e não foram identificadas ressalvas (relatório limpo) nos registros contábeis da companhia, dentro do escopo de atuação da auditoria (exame das demonstrações contábeis da Bombril S.A e suas controladas).

2.4 Opiniões modificadas e Ênfase presentes no relatório do auditor

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da Bombril S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião - Múltiplas incertezas

• Recuperação Judicial

A Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos de R\$ 1.552.216 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, nessa data apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 58.903 mil na controladora e R\$ 49.426 mil no consolidado, e passivo a descoberto no valor de R\$ 1.607.721 mil. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 12 de fevereiro de 2025. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia e suas controladas apresentaram o plano de recuperação judicial em 22 de abril de 2025, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem aplicados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas, para obter os recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados, para os próximos exercícios, o que inclui as incertezas relacionadas com a geração futura de caixa pela Companhia, em montantes suficientes para pagamentos de suas obrigações, que depende do sucesso no crescimento operacional previsto nos orçamentos para futura geração de caixa da Companhia.



O referido plano de recuperação foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 7 de agosto de 2025, entretanto, até a presente data ainda não foi homologado. Nesse sentido, a Companhia ainda depende dessa etapa de homologação para as definições com relação a renegociação de seus passivos, bem como das alternativas para captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa para os próximos exercícios.

- **Negociação dos pagamentos de autos de infração com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN")**

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 26 de maio de 2025, a Companhia apresentou uma Proposta de Transação Individual junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") sobre a negociação dos pagamentos dos autos de infração que geraram débitos inscritos em dívida ativa da União no valor de R\$ 2.288.237 mil. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma obrigação a pagar no passivo não circulante, no valor de R\$ 1.669.077 mil, referente à negociação em curso com a PGFN. A Companhia ainda aguarda posicionamento da PGFN para discussão das condições relacionadas ao referido passivo para concluir tanto sobre os montantes a serem pagos, quanto sobre os prazos e condições de pagamento. Consequentemente, uma vez que os referidos elementos ainda devem ser definidos nas negociações com a PGFN, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em relação ao valor do passivo reconhecido e sua classificação no passivo não circulante.

- **Provisão de fretes**

Conforme descrito na nota explicativa 20 - "Outros passivos" às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, saldos de fretes nos montantes de R\$ 17.465 mil e R\$ 5.477 mil, na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas informações, detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Considerando os aspectos acima descritos, esse conjunto de elementos e a sua pervasividade no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, não nos permitem neste momento reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre a adequação das referidas demonstrações financeiras, inclusive quanto ao pressuposto de continuidade e sua correspondente base para a elaboração em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS. Todavia, em decorrência da relevância do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 26 de novembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0



Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras da Companhia e seus resultados.

a) **introdução ou alienação de segmento operacional;**

Não aplicável para a Companhia nos 3 últimos exercício sociais.

b) **constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

Não aplicável para a Companhia nos 3 últimos exercício sociais.

c) **eventos ou operações não usuais;**

Em 2024, os eventos não recorrentes que impactaram o EBITDA da Companhia totalizaram R\$56,9 milhões, e tratam-se de reversão de honorários advocatícios referentes aos processos T-Bills.

Em 2023, não ocorreram eventos não recorrentes que afetassem o EBITDA da Companhia.

Em 2022, os eventos não recorrentes totalizaram R\$5,0 milhões, referentes principalmente a reconhecimentos de provisões fiscais de anos anteriores e outras despesas administrativas.

2.5 Medições contábeis:

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes dos juros, imposto s, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes dos juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis.

EBITDA e Margem do EBITDA

A Companhia utiliza como forma de medição o LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) ou EBITDA (Earnings Before, Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527, de 4 de outubro de 2012 conciliada com suas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido do resultado financeiro, líquido, pelo imposto de renda e contribuição social, pelo custo e despesas de depreciação e amortização. A “Margem EBITDA” consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida consolidada da Companhia.

	2024	2023	2022
Receita Líquida	1.597,8	1.420,7	1.471,2
Ebitda Ajustado	239,8	247,5	189,6
Margem Ebitda Ajustado	15,0%	17,4%	12,9%



(*) Valores expressos em R\$ milhões, exceto percentuais

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

EBITDA e EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro/prejuízo líquido para o EBITDA e o EBITDA ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

EBITDA	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro (Prejuízo) do exercício	(1.552,2)	100,2
(-) IR / CS	29,8	(32,5)
(+/-) Resultado Financeiro	1.791,8	153,0
(+) Depreciação/Amortização	27,4	26,8
(=) Ebitda	296,7	247,5
(+) Resultado não recorrente	(56,9)	-
(=) Ebitda Ajustado	239,8	247,5

(*)Valores expressos em R\$ milhões

c) Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da companhia:

O LAJIDA (Lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) ou (EBITDA) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo no fluxo de caixa da empresa. O LAJIDA é uma informação complementar às demonstrações financeiras da companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Administração da Companhia entende que o LAJIDA (EBITDA) é medição para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia, em função de não ser afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como pelos níveis de depreciação e amortização.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

A Bombril divulgou fato relevante em 10 de fevereiro de 2025, informando aos acionistas e ao mercado, sobre o protocolo, em conjunto, com suas controladas Brilmaq e Bril, de pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado da 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ do Estado de São Paulo ("Juízo da Recuperação Judicial"), nos termos da Lei nº 11.101/05 ("LFR"), conforme autorizado por seu acionista controlador e pelo Conselho de Administração da Companhia, com determinação da convocação de assembleia geral de acionistas para ratificar o pedido ("Recuperação Judicial"), na forma da lei.



Em 22 de abril de 2025, a Companhia apresentou o seu Plano de Recuperação Judicial. O Plano estabelece os termos e condições propostos relativamente às medidas que poderão ser adotadas visando a superação da atual situação econômico-financeira.

Em 07 de agosto de 2025, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial em assembleia geral dos credores, com votos favoráveis de mais de 95% dos credores presentes. Neste momento, aguarda-se a homologação do Plano pelo Juízo da Recuperação Judicial.

2.7 Destinação dos Resultados

Descrever a política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais:

Regras sobre a retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que até 10% do lucro líquido ajustado anual seja destinado para a constituição de Reserva Estatutária com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social

Regras sobre a distribuição de dividendos

O Estatuto social da companhia prevê que até 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório

Periodicidade da distribuição de dividendos

Anual

Eventuais restrições à O Estatuto Social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

O Estatuto Social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Se o emissor possui Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Não há política aprovada. A destinação de resultados segue o Estatuto Social e a Lei nº 6.404/76.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

c) os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i) carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;



A Companhia informa que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais mantinha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas nos balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

ii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

Nos 03 últimos exercícios sociais, não houve contrato de futura compra e venda de produtos e serviços pela Companhia que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas.

iii) contratos de construção não terminada.

Não existiam contratos de construção não terminada pela Companhia não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamento.

Não existiam contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

d) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Comentários sobre itens não relevantes em relação a cada um dos itens nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido informados nesta seção "2".

2.10 Planos de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia permanecerá focada em capturar ações para melhoria da rentabilidade, prevendo para o ano apenas os investimentos necessários para a manutenção da linha de produção de seus produtos, uma vez que as linhas de produção estão dimensionadas para suportar o planejamento de 2025, em todas as linhas de produtos comercializadas pela Companhia.



ii) fontes de financiamento dos investimentos.

Durantes os anos de 2024, 2023 e 2022, as principais fontes dos investimentos foram sua geração de caixa operacional e captação de recursos mediante empréstimos ou financiamentos.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia, com frequência, avalia oportunidades de otimização de seus ativos com a visão estratégica de gerar maior retorno aos seus negócios e objetivando adequar duas capacidades de produção aos novos patamares de demanda no mercado me que atua. Não há desinvestimentos relevantes em andamento e ou previstos.

b) Desde que já divulgadas, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há aquisições significativas nos últimos 3 períodos.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

Em 2024, encerram os o exercício com 15 marcas e 245 produtos no portfólio da Companhia.

Em 2023, encerram os o exercício com 16 marcas e 217 produtos no portfólio da Companhia.

Em 2022, encerram os o exercício com 16 marcas e 225 produtos no portfólio da Companhia.

Não tivemos novos investimentos em produtos e serviços nos exercícios citados acima.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG.

No momento, não há oportunidades inseridas no plano de negócios que estejam relacionadas diretamente a questões ASG".

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO



BOMBRIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 50.564.053/0001-03
NIRE 35.3.0009971-1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os acionistas da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial, companhia aberta inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0009971-1 e no CNPJ sob o nº 50.564.053/0001-03 (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM nº 81, de 23 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”), convocados para se reunirem em assembleia geral (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia **29 de dezembro de 2025**, às 10:00 horas, de forma parcialmente digital, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (i) as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e
- (iii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Informações Gerais:

Nos termos do art. 24, § 3º, do Estatuto Social da Companhia e do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: **(a.1) quando pessoa natural**, cópias autenticadas do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(a.2) quando pessoa jurídica**, cópias autenticadas do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem a pessoa jurídica Assembleia; e **(a.3) quando fundo de investimento**, cópias autenticadas do regulamento do fundo e do estatuto social ou do contrato social do administrador ou do gestor do fundo, conforme estabeleça o correspondente regulamento, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem o fundo de investimentos na Assembleia; **(b)** comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição



financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia ou pelo depositário central, conforme o caso, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia; e **(c)** na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data da Assembleia, além de indicar o lugar onde foi celebrada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo que a assinatura do outorgante ou de seu(s) representante(s) legal(is) deverá ser autenticada.

Aos acionistas que tiverem a intenção de se fazer representar na Assembleia por meio de procuradores, solicita-se o envio dos documentos que comprovem a qualidade de acionista da Companhia e os poderes de representação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, sob protocolo.

Os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentar tais documentos na abertura da Assembleia, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução CVM nº 81.

Os acionistas poderão participar e votar na Assembleia:

- (i) presencialmente, por si ou por meio de procuradores devidamente constituídos;
- (ii) por meio de sistema eletrônico de participação remota, nos termos do artigo 28, inciso II, da Resolução CVM nº 81, através da plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia. Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação remota devem enviar solicitação à Companhia para o e-mail *acionista@bombril.com.br* até o dia 24 de dezembro de 2025, a qual deverá ser acompanhada de toda a documentação necessária para participação na Assembleia, conforme detalhada na Proposta da Administração. Uma vez recebida a solicitação na forma e prazo indicados, e verificada a completude da documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista que tiver validamente se habilitado para participação da Assembleia de maneira remota (ou a seus representantes ou procuradores devidamente indicados e constituídos), via e-mail, os dados e instruções de acesso à plataforma digital para participação na Assembleia. O acionista que não enviar a solicitação de cadastramento na forma e/ou no prazo acima referido não poderá participar remotamente da Assembleia por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia, restando-lhe a participação presencial. O acionista devidamente cadastrado que participar da Assembleia por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata da Assembleia, na forma do art. 76 da Resolução CVM nº 81. O acionista que tenha solicitado devidamente a sua participação na Assembleia por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o e-mail com as instruções para acesso até as 23:59h do dia 26 de dezembro de 2025, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone + 55 (11) 4366-1041 para suporte. A Companhia esclarece que não será permitido o acesso à Assembleia por meio da plataforma digital após o horário previsto para o seu início. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital.

Em atenção ao art. 30-A da Resolução CVM nº 81, a Companhia dispensará a disponibilização de boletim de voto a distância.

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de

Proposta da Administração
Assembleia Geral



investidores da Companhia (ri.bombril.com.br), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br/pt-br/>), conforme art. 124 da Lei das S.A. e do art. 7º da Resolução CVM nº 81, os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia.

São Bernardo do Campo, 27 de novembro de 2025.

Ronaldo Sampaio Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO III
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024



**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.**

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 1.552.216 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.



d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro (Prejuízo) líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro por ação básico	2024	2023	2022
Ações ordinárias	-R\$6,55422	R\$0,34605	R\$ 0,07802
Ações preferenciais	-R\$5,36254	R\$ 0,42295	R\$ 0,09535

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Não aplicável, tendo em vista que, nos três exercícios anteriores, não foram distribuídos dividendos.

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal.

a. Identificar o montante destinado a reserva legal.

Não há destinação para reserva legal, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Não há destinação para reserva legal, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.



Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.

b. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.

c. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.

d. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.



10. Em relação ao dividendo obrigatório.

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas o dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/1976.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de contingências.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de contingências.



13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado a reserva.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá a retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá a retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado a reserva.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, tendo em vista que, houve prejuízo no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, Km 14, Bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.564.053/0001-03 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Bernardo do Campo, 26 de novembro de 2025.

Marcus Fraga Rodrigues
Diretor Presidente

Kelly Cristiane M. Terra Ribeiro
Diretora Financeira – CFO e Diretora de Relação com Investidores - RI

ANEXO V
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES

ANEXO V

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Diretoria Executiva da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial (“Bombril” ou “Companhia”) aprovou, em 26 de novembro de 2025, a conclusão das demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras”), bem como enviou ao Conselho de Administração, para deliberação e submissão à Assembleia Geral de Acionistas, as Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e as declarações da Diretoria.

Os Diretores discutiram o relatório apresentado pelos Auditores Independentes, que deixaram de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia devido a eventos que, em sua visão, *“não [...] permitem neste momento reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre a adequação das referidas demonstrações financeiras”* (“Abstenção de Opinião”), quais sejam: (i) **Recuperação Judicial** - a pendência *“da etapa de homologação para as definições com relação a renegociação de seus passivos, bem como das alternativas para captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa para os próximos exercícios”* no âmbito do procedimento de recuperação judicial autuado sob o nº 1000363-92.2025.8.26.0260, em curso perante a 1ª Vara Regional de Competência Empresarial da 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”); (ii) **Negociação dos pagamentos de autos de infração com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”)** - a pendência de *“posicionamento da PGFN para discussão das condições relacionadas ao passivo fiscal a ser incluído na transação tributária para concluir tanto sobre os montantes a serem pagos, quanto sobre os prazos e condições de pagamento”* quanto à proposta de transação individual apresentada pela Companhia perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a negociação de pagamentos relativos a autos de infração (“Transação Fiscal”); e (iii) **Provisão de fretes** - ausência de *“evidências suficientes e apropriadas para que [se] pud[esse] determinar se algum ajuste seria necessário”* com relação aos saldos de fretes indicados nas Demonstrações Financeiras.

Em atenção às justificativas apresentadas pelos Auditores Independentes para Abstenção de Opinião, ressaltamos que:

(i) quanto à **Recuperação Judicial**, a Companhia vem cumprindo todas as etapas previstas, com absoluta celeridade (em tempo muito inferior aos prazos máximos estipulados na legislação aplicável) e baixíssima litigiosidade. Nesse sentido, o plano de recuperação judicial da Companhia – que detalha a recomposição do passivo concursal da Companhia e os mecanismos para captação de recursos – (**i.a**) foi aprovado por mais de 95% dos credores presentes na assembleia geral de credores e (**i.b**) conta com opinião favorável à homologação por parte da i. Administradora Judicial, em seu relatório apresentado nos autos da Recuperação Judicial. Da mesma forma, a administração já estabeleceu uma fonte de recursos necessários para cumprimento das obrigações previstas, que será desembolsada tão logo ocorra a homologação judicial do plano de recuperação judicial. Ressaltamos, ainda, que, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05, a homologação judicial do plano de recuperação judicial, com a consequente concessão da recuperação judicial, consiste em uma análise vinculada de aspectos de legalidade pelo Poder Judiciário – sem impacto, portanto, sobre a análise realizada pelos credores reunidos na assembleia geral de credores realizada em 7 de agosto de 2025 sobre a viabilidade econômica e os meios de reestruturação da Companhia;

(ii) com relação à **Negociação dos pagamentos de autos de infração com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) -Transação Fiscal**, igualmente, a Companhia vem cumprindo todas as etapas e providências aplicáveis, conforme previstas na legislação de regência, tendo apresentado plano detalhado de pagamento do passivo tributário federal – e amparado sua proposta por 108 documentação suporte. As negociações com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vêm avançando, em tempo e modo compatíveis com transações desta natureza e nível de complexidade; e

(iii) por fim, com relação à **Provisão de Fretes**, a Companhia apresentou prontamente, durante o curso da auditoria, os documentos disponíveis pertinentes a partir das solicitações dos Auditores Independentes e vem adotando as providências cabíveis para aprimoramento dos seus controles contábeis internos.

Neste cenário, a Diretoria (i) não faz julgamento quanto à Abstenção de Opinião, considerando que se trata de uma prerrogativa dos Auditores Independentes; e (ii) apresenta os esclarecimentos que julga pertinentes, de modo a permitir a compreensão mais abrangente das Demonstrações Financeiras por parte dos acionistas da Companhia e do mercado em geral.

São Bernardo do Campo, 26 de novembro de 2025.

Marcus Fraga Rodrigues

Diretor Presidente

Kelly Cristiane M. Terra Ribeiro

Diretora Financeira – CFO e Diretora de Relação com Investidores - RI